

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



**MICHELE ANA TOMÉ SOARES**

**ELABORAÇÃO DE UMA LINGUAGEM DOCUMENTAL EM CIÊNCIAS POLICIAIS**

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais

Especialização em Gestão da Segurança

**ORIENTADORES**

PROFESSORA DOUTORA MARIA TERESA PAYAN MARTINS

MESTRE MARTA CRISTINA REBELO DA SILVA GOMES

LISBOA

2014



**Ao MIGUEL**  
*My Precious*

“... eu não corro para apanhar comboios... perder um comboio só custa se correremos para o apanhar! Do mesmo modo, não alcançar a ideia de êxito que os outros esperam de nós só é difícil se for isso que nós próprios procuramos ... Temos um maior controlo das nossas vidas se formos nós próprios a definir os nossos critérios.”

“Na perspetiva dos Cisnes Negros, isto significa que estamos expostos ao improvável se deixarmos que isso nos controle. Somos sempre nós quem controla aquilo que nós fazemos; faça disso o seu objetivo.”

Nassim Nicholas Taleb – O Cisne Negro: O impacto do altamente improvável.

## AGRADECIMENTOS

MARIA TERESA  
PAYAN MARTINS

MARTA GOMES

MANUEL VALENTE

TERESA ANTUNES

ÂNGELA SANTOS

CIDÁLIA RODRIGUES

EDUARDO CORREIA

5

---

A Todos os que  
incentivaram com  
simples palavras  
de apoio

MARIA JOÃO  
ALBUQUERQUE

LUÍS ALMEIDA

*In memoriun*

Sempre

MARIA AUGUSTA DOS

SANTOS PEREIRA

Apoio Incondicional

NELI TOMÉ

JORGE SOARES

Sempre Presentes

PAULO PIRES

MIGUEL PIRES

## RESUMO

A presente dissertação visa promover a eficiência e a qualidade na recuperação da informação das e nas forças e serviços de segurança compreendidas no Ministério da Administração Interna.

A indexação é a operação técnica e específica da área das Ciências da Informação, que permite a uniformização da linguagem na pesquisa usada pelo utilizador e adotada pelo sistema de recuperação de informação. A qualidade da recuperação da informação depende de políticas de gestão e normalização da indexação e do controlo da terminologia.

As Ciências Policiais (Segurança Interna) possuem uma terminologia própria na identificação dos assuntos, pelo que esta investigação pretende lançar as directrizes para a elaboração de um microtesauro em Segurança Interna e num, futuro próximo, a implementação de uma política de indexação em todas as forças e serviços de segurança compreendidos no Ministério da Administração Interna.

As Ciências Policiais não se dissociam do contributo de outras ciências auxiliares – Direito, Sociologia, Ciência Política, História – e, como tal, a elaboração de uma linguagem documental – microtesauro – na área da Segurança Interna é uma tarefa que pressupõe o envolvimento de uma equipa multidisciplinar, constituída por bibliotecários, professores e especialistas. Pretendemos com esta investigação que as Ciências da Informação possam fazer parte deste universo multidisciplinar para uma melhor gestão da informação, em geral, e melhor gestão da segurança, em especial.

Palavras-chave: Ciências Policiais, Gestão da Segurança, Indexação, Recuperação da Informação, Tesauro.

## ABSTRACT

This dissertation aims to promote efficiency and quality regarding information retrieval from the security forces and services of the Ministry of Internal Affairs.

Indexing is a technical and specific operation in the field of information sciences; which allows the standardization of the user language in the research adopted by the information retrieval system. The quality of information retrieval depends on the policy management and standardization of indexation and control of the terminology.

The Police Sciences (Internal Security) have a very specific terminology in identifying issues, reason why the aim of the research is to establish the guidelines for elaboration of a microthesaurus on Internal Security and in a new future, for the implementation of indexation policy within all security services and forces of the Ministry of Internal Affairs.

The Police Science do not dissociate from the contribution of other auxiliary sciences – Law, Sociology, Political Sciences and History. That is why the development of a documentary language – microthesaurus – in the area of Internal Security is a task that requires the involvement of a multidisciplinary team, composed of librarians, professors and field experts. It is intention of this research to integrate Information Science in this multidisciplinary universe for a general better information and in particular for security management.

Keywords: Police Science; Security Management; Indexation; Retrieval Information; Thesaurus.

## SIGLAS E ABREVIATURAS

**CDI** - Centro de Documentação e Informação

**MAI** - Ministério da Administração Interna

**RIRBMAI** - Rede Integrada de Bibliotecas do MAI

**SRI** - Sistemas de Recuperação de Informação.

**SI** - Sistema de Informação

**ISCPSI** - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

**PSP** - Polícia de Segurança Interna

**ISO** - International Standard Organization

**NP** - Norma Portuguesa

**SEF** - Serviço Estrangeiros e Fronteiras

**GNR** - Guarda Nacional Republicana

**IGAI** - Inspeção Geral da Administração Interna

**OPAC** - Oline Public Access Catalog

**SIGB** - Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Ciência.

**NA** - Nota de aplicação

**NE** - Nota explicativa

**UP** - Usado por

**TG** - Termo geral

**TE** - Termo específico

**TR** - Termo relacionado



## ÍNDICE

<b>RESUMO / ABSTRACT</b>	<b>6-7</b>
<b>SIGLAS E TERMINOLOGIA</b>	<b>8</b>
<b>ÍNDICE</b>	<b>9</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DOS VÁRIOS CONCEITOS CHAVE DA INVESTIGAÇÃO:</b>	<b>18</b>
○ Ciências Policiais: Segurança, Polícia e Atuação Policial, Intelligence	
○ Sistemas de Informação	
○ Cadeia Documental	
○ Indexação / Políticas de Indexação	
○ Recuperação de Informação	
<b>2 - SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA</b>	<b>27</b>
2.1 - SECRETARIA-GERAL - DIREÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA	<b>27</b>
○ Enquadramento Institucional	
○ Meios e Recursos	
○ Público-alvo	
2.2 PROJETO REDE INTEGRADA DE RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	<b>34</b>
<b>3 - SELEÇÃO DA LINGUAGEM DOCUMENTAL</b>	<b>38</b>
3.1 – Indexação	<b>38</b>
3.2 - Linguagens Documentais	<b>43</b>
3.4 - Delineação das diretrizes para a construção da linguagem controlada – Microtesauro	<b>54</b>
○ Os termos de indexação – metodologia de seleção e aplicabilidade no Microtesauro	

3.5 - Microtesouro em Segurança Interna	<b>71</b>
3.6 - Construção Manual do Microtesouro em Segurança Interna	<b>83</b>
○ Apresentação gráfica da amostra selecionada	
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>92</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>95</b>

## INTRODUÇÃO

Gestão Organizacional?

Ciências Policiais?

Gestão de Risco?

Modelos Policiais?

**ENTER**

**PESQUISAR...**

Este é o procedimento comum em qualquer pesquisa efetuada num motor de busca, quer seja no *Google*, *Yahoo*, ou numa base de dados institucional. O utilizador, quando procura informação para uma determinada pesquisa, pretende que a resposta às suas perguntas seja a mais eficiente, célere e com o menos ruído possível.

Num serviço é necessário um gestor, um especialista, o qual permite e esforça-se para que o mesmo seja eficaz quanto à procura e eficiente quanto ao resultado e que satisfaça o seu cliente. Não nos podemos esquecer que vivemos num mundo global, altamente competitivo onde existe sempre uma relação de serviço / cliente.

A palavra globalização encerra em si a ideia de carácter indeterminado, a ausência de um centro de controlo (Bauman, 1999: 67), onde as forças modeladoras do carácter transnacional são, em boa parte, anónimas e portanto difíceis de identificar. São um aglomerado de sistemas manipulados por atores em grande parte “invisíveis” (Bauman, 1999: 65). No seguimento do pensamento de Bauman, também os sistemas de informação inserem-se nesta transnacionalidade e globalidade de atores invisíveis, sendo necessário cada vez mais desenvolver processos que permitam satisfazer as suas necessidades na nova ordem.

Infelizmente a maioria das instituições públicas não está direcionada para o funcionamento nesta nova “selva manufaturada” (Bauman, 1999: 66), não possui uma visão empresarial. Menospreza o valor real da informação, o que se reflete nos poucos recursos humanos e técnicos que estão afetos a estes serviços. Os serviços de informação são sempre considerados dispensáveis na sua cultura organizacional. Quais serão as consequências desta gestão? A pergunta/resposta fica em aberto para uma próxima investigação.

A presente investigação pretende dar um contributo prático para simplificar e uniformizar a linguagem utilizada nos vários sistemas de informação e documentação das forças e serviços de segurança do Ministério da Administração Interna (M.A.I) e que confluem para a emergência e solidificação das recentes Ciências Policiais.

#### **CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO:**

A nossa investigação tem como principal objeto aferir a viabilidade de construção de uma linguagem controlada na área das Ciências Policiais.

12

---

Neste âmbito surgiu a seguinte pergunta de partida:

Que linguagem controlada é necessária para os Centros de Documentação e Serviços de Informação no âmbito do Ministério da Administração Interna?

Para o seu desenvolvimento e aplicabilidade optou-se pelos Centros de Documentação do Ministério da Administração Interna (MAI) – Caso de estudo Secretaria Geral do MAI, Direção de Serviços de Documentação.

A Secretaria Geral do MAI, através da sua Direção de Serviços de Documentação, tem como principais atribuições:

- a) Recolher, tratar e difundir, sempre que possível, com recurso à via eletrónica, a informação e a documentação técnica especializada com interesse para as atividades do MAI;
- b) Organizar e manter atualizado o Centro de Documentação da Secretaria Geral, assegurando o tratamento da documentação, através de técnicas documentais automatizadas;
- c) Identificar e gerir os recursos documentais dos organismos aos quais presta apoio no âmbito da centralização de funções e atividades comuns;
- d) Promover a organização e gestão de um catálogo coletivo do acervo documental existente nos centros de documentação e bibliotecas dos organismos aos quais presta apoio no âmbito da centralização de funções e atividades comuns e a sua disponibilização em linha;
- e) Assegurar a ligação e acessos a bases de dados nacionais e estrangeiras, nomeadamente de legislação;
- f) Organizar e manter o arquivo geral do MAI, com competências sobre toda a documentação de arquivo que deixou de ser de uso corrente e assegurar a sua gestão;
- g) Estudar e propor normas uniformes para a elaboração de sistemas de classificação de documentos de arquivo e apoiar os organismos, aos quais presta apoio no âmbito da centralização de funções e atividades comuns, no desenvolvimento de planos de classificação;
- h) Elaborar e atualizar em colaboração com os organismos a que presta apoio, propostas de portarias de gestão de documentos ou outros instrumentos que legitimem a eliminação de documentos de arquivo, de acordo com a legislação em vigor.

Verifica-se que a Direção de Serviços de Documentação do MAI se assume como elemento aglutinador dos vários centros de documentação pertencentes a este ministério. Este facto revela-se na implementação de um novo sistema de gestão documental *BILIONET*, que tenta, de uma forma integrada, fornecer a todos os utilizadores, um importante fundo documental, especializado nas áreas da Segurança Interna, pondo, assim, em prática uma das suas atribuições orgânicas: “Promover a organização e gestão de um catálogo coletivo do acervo documental existente nos centros de documentação e bibliotecas dos organismos aos quais presta apoio no âmbito da centralização de funções e atividades comuns e a sua disponibilização em linha”.

Com a criação deste sistema integrado de documentação sobre as várias áreas da Segurança Interna, impõe-se a necessidade de todos os serviços de documentação aplicarem, no tratamento da sua informação, a mesma linguagem documental, de modo a permitirem ao futuro utilizador uma recuperação de informação fiável e com redução do ruído (demasiada informação) na pesquisa. Perante este facto justifica-se a escolha deste serviço como base para futura investigação.

#### **PERTINÊNCIA DO TEMA E PROBLEMÁTICA:**

Os Centros de Documentação e Informação (CDI), como sistemas de informação, estão sujeitos ao desenvolvimento contínuo das novas tecnologias de informação e comunicação e às necessidades de um público cada vez mais exigente e diversificado.

Neste âmbito, estratégias e políticas de gestão estão a ser implementadas, de modo a responderem, de uma forma eficiente e com qualidade, às novas exigências e contribuindo para a criação do conhecimento. Segundo Lousada, novas capacidades e competências têm de ser adquiridas nas técnicas de recuperação e disseminação da informação (2011: 192).

Num sistema de informação, o principal objetivo é recuperar informação pertinente e relevante e disponibilizá-la, através de um conjunto de processos e operações técnicas de tratamento documental<sup>1</sup> integradas no contexto administrativo de um Centro de Documentação e Informação (Rubi, 2004: 20).

Neste contexto, Marta Gomes (2008: 7) define a Indexação como uma operação que permite diminuir a subjetividade na pesquisa e recuperação da informação através da análise dos conteúdos dos documentos, retirando os principais conceitos neles contidos (linguagem natural) e traduzindo-os para uma linguagem controlada.

No presente estudo, destaca-se a Indexação como o principal elemento, num sistema de informação, na recuperação e disponibilização de informação aos utilizadores.

Para a obtenção de resultados pertinentes, a Indexação, sem esquecer que se trata de uma operação técnica, é parte integrante de uma estrutura organizacional e necessita de uma estratégia organizacional assente numa Política de Indexação que cria os meios e estabelece as diretrizes gerais no seio de um sistema de informação, orientando a indexação da sua documentação, tornando-a consistente e assegurando a qualidade da recuperação da informação (Gomes, 2008: 9).

Contextualizado o tema, chegamos à sua pertinência: verificação junto dos organismos em estudo, da hipótese de uma linguagem controlada, ou adoção de uma já existente, para uma possível diminuição do ruído da pesquisa numa plataforma comum dos serviços de documentação e informação do MAI.

Circunscrevemos a nossa investigação à Secretaria Geral do MAI - Serviço de Documentação, como estudo de caso, porque, sendo um dos organismos que tutela algumas das forças e serviços de segurança (Segurança Interna), é mais fácil averiguar as hipóteses e problemas do geral para o particular.

---

<sup>1</sup> A cadeia documental inserida num sistema de informação é constituída por um conjunto de operações técnicas e administrativas que permitem o tratamento dos documentos de um organismo. Destacam-se operações como aquisição e inserção de documentos, classificação, catalogação, indexação, pesquisa, etc.

Pretende-se apurar e testar, junto deste organismo, as seguintes hipóteses:

- Existe necessidade de uma linguagem controlada.
- Não existindo uma linguagem uniformizada na recuperação da sua informação, verificar que problemas advêm desta situação.
- Não havendo nenhuma linguagem controlada, será feita uma proposta para construção de uma linguagem, optando-se por uma lista de termos ou um tesouro.
- Na construção do vocabulário, quais as suas principais características.
- Para a elaboração do futuro vocabulário e uniformização do tratamento nas diferentes instituições, é necessária a implementação de uma política de indexação. Contudo, sendo já extenso o objeto da investigação, a aplicação desta ferramenta de gestão fica para uma segunda fase da investigação. Nesta primeira fase tentaremos, apenas, indicar as principais linhas orientadoras para a sua futura aplicação.

#### **OBJETIVOS**

16

---

Temos como principais objetivos desta investigação:

- Construir uma linguagem documental controlada na área das Ciências Policiais (principal objetivo);
- Melhorar a qualidade da pesquisa;
- Melhorar a satisfação dos utilizadores com o resultado da pesquisa;
- Contribuir para a diminuição do ruído na recuperação da informação na área das Ciências Policiais;
- Uniformizar a operação de indexação nos diferentes sistemas de informação do MAI.



## METODOLOGIA

O estudo assume um caráter teórico-descritivo através dos seguintes recursos metodológicos:

- Observação participante que, segundo Espírito Santo (2010: 29), “compreende a integração do investigador no grupo de observação durante um período variável que pode ir de alguns meses a alguns anos”.
- Observação documental através da leitura de documentos (fontes abertas), tais como: normas, projetos de investigação, artigos e livros, nas áreas da gestão e informação.
- Auscultação de opiniões sobre a amostra de termos selecionados a incluir no projeto do microtesouro em Ciências Policiais, auxiliando na consolidação dos mesmos e possibilitando novas pistas de reflexão.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A dissertação está estruturada em três partes. A primeira parte é a contextualização dos vários conceitos chave da investigação, de modo a identificar o que está por detrás de um sistema de informação e da recuperação da sua informação e a ponderar a pertinência deste tema num Mestrado em Ciências Policiais, especialização em Gestão da Segurança.

A segunda parte da investigação converge para um sistema de informação específico da Secretaria Geral do MAI, a Direção de Documentação e Relações Públicas e o Projeto RIRBMAI (Rede integrada dos Recursos Bibliográficos do MAI). Após o enquadramento institucional, o principal fim é identificar as necessidades e problemas na recuperação da informação deste sistema de informação, através de um diagnóstico à operação de indexação da cadeia documental.

Na terceira parte, diagnosticados os principais problemas e necessidades do serviço, apresentamos a metodologia para a construção da linguagem controlada, a descrição dos seus procedimentos e apresentação de uma amostra da linguagem controlada selecionada.

## 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DOS VÁRIOS CONCEITOS CHAVE DA INVESTIGAÇÃO

*No silêncio e no recôndito do pensamento, nasce a claridade da compreensão quando a palavra se transforma em termo (Currás, 1995: 2).*

A presente dissertação insere-se no Mestrado em Ciências Policiais, na especialização da Gestão da Segurança. Neste âmbito, a gestão da informação ao nível das Ciências Policiais torna-se um objeto de estudo de relevante importância. Não nos podemos esquecer que todos os serviços inerentes à Segurança Interna necessitam de informações policiais, criminais ou de carácter geral. Para a eficiência destes serviços, é essencial que a recuperação da informação seja célere, pertinente e com o mínimo ruído possível. Este objetivo é conseguido se o tratamento da informação seguir uma política de gestão coerente, onde a indexação é o instrumento principal para a eficiência na recuperação da informação pretendida.

O tema é extenso pelo que decidimos restringir a investigação aos centros de documentação do MAI, sendo nossa intenção futura, alargar a política de indexação adotada, às diferentes bases de dados existentes, nos vários serviços de informação, ligados à Segurança Interna.

Deste modo, não podemos deixar de contextualizar as Ciências Policiais que refletem e investigam predominantemente temas como Segurança, Informações, Polícia e Atuação Policial não se dissociando do contributo de outras ciências auxiliares como o Direito, Sociologia, Ciência Política, História. Pretendemos, com esta investigação, que as ciências da informação possam fazer parte do seu universo multidisciplinar. Consideramos que, nesta sociedade pluricultural e multifacetada, a interdisciplinaridade entre as diversas áreas do saber é vital.

As Ciências Policiais, segundo o pensamento de Guedes Valente (2014: 1), são uma nova ciência com um objeto de estudo transversal, multidisciplinar e interdisciplinar, focada na sua origem como ciência do Estado de direito material, social, democrático. Assenta no pensamento da teoria da incerteza e imprevisibilidade

da sociedade mutável e da necessidade da atividade policial enraizar-se numa lógica de afirmação do ser humano como pessoa igual em dignidade. Segundo o autor, as Ciências Policiais têm como objeto material de estudo científico – a atividade de polícia, como essencial à vida humana harmoniosa e que incorpora vários saberes – sociais, jurídicos, económicos, filosóficos, políticos (2014: 26).

Para uma melhor contextualização das Ciências Policiais, não podemos deixar de definir as áreas de Segurança, Polícia, Atuação Policial e Intelligence, partes integrantes da investigação desta ciência.

O tema segurança, nas palavras de Adriano Moreira, é um estudo desafiante devido à velocidade a que se alteram as relações dos Homens, das Instituições, dos valores (complexidade de relações), sendo necessário a constante redefinição de conceitos, hipóteses, propostas e conclusões, sempre à espera do surgimento de um “Cisne Negro que torne evidente que nem todos os cisnes são brancos, obrigando por isso a um pensamento complexo” (Sarmiento, 2009: 9).

Deste modo, entende-se por Segurança, sufragando o pensamento de Guedes Valente (2012a: 17), a congregação de diversos elementos de “uma estrutura poliédrica, plurifuncional e plurinormativa”, tais como: “valor/necessidade individual e coletiva, estado conceptual, sentimento real ou cognitivo (ou psicológico-cognitivo) e, por fim, instrumento/meio/atividade”, criando uma “visão plurívoca de todos elementos e fatores intrínsecos”. Como escreve o autor, a “assunção do polígono segurança como um valor e como necessidade individual e coletiva de sobrevivência humana”, não se reduz apenas à atividade. A segurança afirma-se, na linha do mesmo autor, como um bem vital, garantia nacional e supranacional dos demais bens vitais, consolidando-se como valor supremo da justiça – a liberdade – num espaço ilimitado.

Foi o culto universalista dos *Direitos Humanos*, como modelo de ordem ideológica e simbólica, que transformou a segurança na segurança humana e exigiu que as Ciências Policiais, enquanto ciências da ordem social, determinassem uma atuação policial reflexiva e conhecedora das condicionantes contemporâneas (Sarmiento, 2009) dos sistemas políticos e dos enquadramentos normativos e sociais infra e supranacionais.

A Polícia é a força coletiva organizada pelo Estado que assume a atividade de natureza executiva cuja função jurídica e constitucional é manifestada na materialização da defesa da legalidade democrática, da garantia da segurança interna e da defesa e garantia dos direitos do cidadão e da prevenção criminal (Guedes Valente, 2012b). A Polícia, enformando a promoção dos valores e bens jurídicos estatuídos infraconstitucionais, constitucionais e supraconstitucionais, marca-se pelo garante da qualidade de vida e bem-estar em liberdade, justiça e segurança de todos os cidadãos numa pauta balizada pelo respeito e defesa da dignidade humana (Guedes Valente, 2012b). Neste sentido, a liberdade é, indubitavelmente, a regra, e a restrição de polícia a exceção (Dias, 2001; Miranda, 1994: 2-7).

O atual Estado social de direito tem como uma das principais funções a prossecução da função policial, garante da sua soberania e proteção dos seus concidadãos. A manutenção da ordem é um dos seus principais objetivos, ou uma tarefa fundamental do Estado<sup>2</sup> que perpetrada pela atividade policial também determina os limites da liberdade de uma sociedade organizada (Bayley, 2002: 17). A polícia é um garante da liberdade do cidadão face às ofensas ilícitas concretizadas e produzidas quer por outrem quer pelo próprio Estado, por imperativo constitucional<sup>3</sup> é uma força de segurança (Guedes Valente, 2012c). Contribuindo a função policial “para o controlo, integração e coesão sociais no seio da sociedade hodierna”, por vezes, através do recurso à coercibilidade que distingue a função policial de outras funções sociais. (Clemente, 2000: 133-134).

Estando os Estados e sociedades em constante mutação, novos desafios são colocados à segurança e às suas políticas, à polícia e sua atuação necessitando as mesmas de acompanhar este sistema de complexidade crescente, renovando-se ou construindo-se perante os novos imperativos, com o auxílio e dogma das ciências policiais e ciências auxiliares.

No âmbito das Ciências Policiais e da Segurança Interna de um Estado, não podemos deixar de referenciar os Serviços de Informações ou *Intelligence* do Estado.

---

<sup>2</sup> Cfr. al. b) do art. 9.º da CRP.

<sup>3</sup> Cfr. n.º 4 do art. 272.º da CRP.

Um sistema de informação tem como principal intuito recuperar informação objetiva e relevante e disponibilizá-la, através de um conjunto de processos e operações técnicas de tratamento integrados no contexto administrativo (Rubi, 2004: 20).

No seguimento deste pequeno excerto de uma dissertação de mestrado em Ciências Documentais, podemos comparar e concluir que o conceito informações, em sentido lato, é um sistema mais ou menos definido de recolha e processamento de informação, estruturada e inerente à própria condição humana; no contexto de um Estado, está na base do apoio ao seu governo.

Como escreve Romana, a “eficácia do sistema de decisão de um governo é medida pela capacidade em ser alimentado por informações, que lhe permitam adotar medidas táticas e/ou estratégicas, nos planos da política interna e política externa, sem que essas medidas provoquem desequilíbrios... é fulcral a existência de informações que possibilitem a pilotagem do sistema de governo” (2008: 98).

Mateus Silva distingue a informação acessível para obter conhecimento, em duas vertentes: a informação aberta e fechada ou *Intelligence* (2008: 114). Aqui *Intelligence* é o produto final da informação aberta tratada (análise, cruzamento, recorte, interpretação) e secreta que permite conhecer as intenções ocultas e ameaças à segurança.

Podemos, deste modo, afirmar que informações são ao mesmo tempo a atividade e o produto dessa atividade.

Numa definição mais restrita, Romana entende informações como um processo de obtenção de conhecimento fundamental à tomada de decisão e à salvaguarda dos interesses dos Estados, assumindo uma natureza defensiva e ofensiva (2008: 98). A sua atuação é dirigida para a identificação de atores, caracterização de fenómenos e perceção de tendências, avaliando continuamente os riscos, vulnerabilidades e graus de ameaça.

Um Serviço de Informações é um serviço que desenvolve um trabalho sistemático, num quadro organizacional. A principal vantagem desta sistematização assume-se na preparação e condução da recolha de informação, na análise,

compreensão e avaliação das situações e subsequentes alternativas de atuação, tendo como último fim a utilização da informação no controlo dos resultados de ação (Lopes, 2004). Assim, o fim último das informações é qualificar e quantificar o grau de risco, controlando a incerteza, de modo a auxiliar o decisor nas suas decisões.

A atividade das informações está histórica e intimamente ligada à Segurança Interna e Externa de um Estado. Num mundo global, onde o conhecimento especializado tornou-se um bem vital e a principal riqueza de um país, a atividade das informações torna-se fulcral e parte integrante da soberania de um Estado.

O ciclo de produção de informações tem cinco fases sistemáticas, distintas e interligadas: planeamento/direção, pesquisa, processamento, análise/produção e difusão.

Contudo, apenas é analisada a fase do processamento que tem como desiderato que os dados/notícias recolhidos sejam organizados e categorizados (avaliação, ordenação sistemática, categorização, indexação, armazenamento) de forma perceptível para se produzir *Intel* e ser disponibilizada ao decisor/cliente. Optou-se por descrever esta fase, pois consideramos que é neste âmbito que a indexação e o objeto de estudo desta investigação podem ter um contributo significativo na organização da informação e a sua futura recuperação.

As informações têm de ser oportunas, relevantes, objetivas e acessíveis, de modo a serem úteis. A sua finalidade pode ser classificada como estratégica, operacional ou tática e de contrainformação (Silva Carvalho, 2009: 21).

As Informações têm, num Estado de direito democrático, a árdua tarefa de procurar manter o equilíbrio das suas relações, quer exteriores quer interiores.

Neste mundo global, as informações, o conhecimento e o seu uso adequado são para os Estados o que o «crude» se transformou, nos últimos tempos, para a humanidade.

As informações são como o papel da razão na história. Na visão de Norberto Bobbio, na sua metáfora do labirinto, o “indicar a existência de caminhos bloqueados no labirinto da vida coletiva quanto o de buscar, em função das lições do labirinto, caminhos de saída, que nunca são uma saída definitiva.” (Bobbio, 2009: xxxi).

Na gestão organizacional de um organismo estatal ou empresarial está sempre presente a gestão de um Sistema de Informação (SI) - um conjunto organizado de elementos, podendo ser pessoas, dados, atividades ou recursos materiais em geral. Estes elementos interagem entre si para processar informação e divulgá-la de forma adequada em função dos objetivos de uma organização.<sup>4</sup>

Geralmente, um SI é composto por um subsistema social e por um subsistema automatizado. O primeiro inclui as pessoas, processos, informações e documentos. O segundo integra os meios automatizados (máquinas, computadores, redes de comunicação) que interligam os elementos do sub-sistema social.

Existem classificações distintas para sistemas de informação (sistemas de informação operacional, sistemas de informação de gestão, sistemas de informação estratégicos, etc). O sistema em estudo, nesta dissertação, define-se como um sistema de gestão do conhecimento de um organismo ministerial, cujo principal fim é armazenar e recuperar conhecimento e informação de vários dados estruturados e não estruturados: monografias, textos, expediente de arquivo, expediente institucional, documentos multimédia. Este sistema serve de apoio a todos os outros existentes na organização, auxiliando no processo de decisão.

Em qualquer sistema de informação o principal alvo é a Recuperação da Informação (RI), a qual consiste no desenrolar de operações consecutivas, com o intuito de localizar e recuperar uma informação necessária ou documentos que a contenham (Naves, 2004: 2). A importância da recuperação da informação é um assunto, geralmente, descurado nas instituições, tornando-se, cada vez mais, um problema crónico, de diagnóstico tardio. Este facto, deve-se a uma acumulação crescente do volume da informação, a par de um crescimento e complexidade das necessidades de informação (Naves, 2004: 2).

---

<sup>4</sup> <http://conceito.de/sistema-de-informacao#ixzz2wKwZQrQt>

Segundo a autora Gisélia Felício (2012: 22): “Temos um manancial enorme de informação à nossa disposição, tanta que por vezes nem conseguimos acompanhar o ritmo do seu crescimento ou mesmo identificar todos estes Recursos que detemos, à distância de um “clic”. Estudos recentes revelam que os documentos produzidos, independentemente do suporte, duplicam em cada dois anos, o que revela quanto é precioso proceder à gestão adequada destes recursos de informação, para que sejam adequadamente utilizados. É neste contexto, que se demonstra também indispensável, a função dos profissionais da Documentação e da Informação que, dominando as técnicas próprias, podem e devem ser parte ativa do processo e, acrescidamente servir de intermediários privilegiados na comunicação a estabelecer entre os restantes intervenientes, especialmente entre quem produz e quem consome a Informação/Conhecimento.”

Neste contexto, a organização da informação torna-se essencial, passando por diferentes fases, às quais a terminologia técnica denomina de Cadeia Documental.

A gestão documental, por ser complexa e atuar em diferentes áreas do conhecimento, levou a uma estruturação das atividades e operações, num processo denominado de cadeia documental, onde se identificam cinco etapas interligadas: seleção e aquisição dos documentos, registo e descrição bibliográfica e de conteúdo (tratamento documental), arquivo, pesquisa e difusão da informação.

Contudo, o acesso à informação e a própria alteração do conceito de documento, através das novas tecnologias e ambientes digitais, veio inevitavelmente alterar as etapas da tradicional cadeia documental (D’Andréa, 2006: 41). O ambiente hipertexto da web flexibilizou e descentralizou a articulação das informações. Apesar de utilizar recursos tradicionais de organização (listagem, classificação, bibliografia, catálogo), novas estratégias e rotinas de organização são exigidas através de uma “arquitetura da informação” (D’Andréa, 2006: 41).

A Indexação é o processo de identificar e organizar assuntos dos documentos (Naves, 2002: 119) com o auxílio de termos que representam os conceitos presentes nos documentos. É uma operação fundamental nos atuais sistemas de informação,



que, dependendo da sua qualidade, facilita e aumenta a qualidade da recuperação da informação.

Segundo Marta Gomes, (2008: 1) indexação é uma técnica complexa, inserida como parte integrante de uma estrutura mais abrangente, organizacional, e que permite extrair os conteúdos fundamentais dos documentos, transformando-os, através de uma linguagem documental, em termos de indexação, controlados e inequívocos. Segundo a norma ISO 25964-1 de 2011, a Indexação é a análise intelectual do assunto de um documento que identifica os conceitos nele representados, e a localização de termos de indexação correspondentes, de modo a permitir uma melhor recuperação da informação.

A linguagem documental é constituída por um conjunto de termos extraídos da linguagem natural, organizados e controlados, de acordo com normas documentais, com o intuito de reduzir a ambiguidade e subjetividade no tratamento da informação (Rodrigues, 2012: 15).

Em todo este processo e em qualquer sistema de informação que tenha um encadeamento lógico e organizado, é necessário existir um guia que permita tomar decisões, que estabeleça coordenadas e diretrizes sobre o processo de indexação. Esta deverá ter uma política própria e única, que leve em consideração a instituição como um todo, seus utilizadores, colaboradores, a estrutura física e financeira, entre outros, que conheça a cultura organizacional. A atividade de indexação não deve ser vista como um mero processo técnico, mas sim um processo intelectual, dependente de um todo envolvente (Redigolo, 2012: 84).

O manual de política de indexação deve ser um instrumento real de trabalho e norteador dos princípios do processo de tratamento documental num sistema de informação, garantindo a consistência na catalogação do assunto. A política de indexação deverá ser clara e objetiva, de modo a estar ao alcance de todos os intervenientes no sistema.

Finalizamos este capítulo de contextualização de conceitos relevantes da presente investigação com Recuperação de Informação, podendo-se aferir, e no

seguimento do que já foi descrito, que a otimização da recuperação da informação e a satisfação dos utilizadores de um sistema de informação é como o terminus de uma longa linha de processos.

Deste modo, entendemos que a recuperação de informação, consiste numa multiplicidade de operações consecutivas, executadas para localizar uma informação necessária ou documentos que a contenham.

Contudo, vários problemas ameaçam uma boa recuperação de informação tais como o acesso a diferentes tipos de informação; uma acumulação constante de um volume sempre crescente da informação e uma cada vez mais complexa necessidade de informação.

A recuperação de informação é feita por sistemas que organizam, armazenam e tornam disponível a informação (bases de dados, catálogos, etc.).

## **2 - SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

### **2.1 - SECRETARIA - GERAL DO MAI**

#### **DIREÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA**

#### **ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL**

O Decreto Regulamentar 29/2012, de 13 de março, estabeleceu a missão, as atribuições e o tipo de organização interna da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SG). Eis os seus termos:

“... Instituído-a como serviço de apoio técnico e administrativo aos gabinetes dos membros do Governo e aos órgãos e serviços do Ministério da Administração Interna (MAI), assegurando ainda o apoio técnico e a disponibilização de serviços de partilha de funções e atividades comuns a diversos serviços do MAI.

Numa ótica de eficiência e eficácia dos recursos, a SG assume as atribuições de acompanhamento e controlo da execução orçamental e a coordenação na elaboração do orçamento do MAI, nas vertentes de funcionamento e investimento, apresentando, para o efeito, os competentes instrumentos de gestão. Do mesmo modo, são atribuídas à SG novas funções no âmbito da gestão anual e plurianual das candidaturas a financiamento, através de fundos comunitários e de outros financiamentos internacionais. Numa ótica, também, de rentabilização e de racionalização dos meios e recursos, cometem-se à SG as competências relacionadas com a unidade ministerial de compras do MAI”.

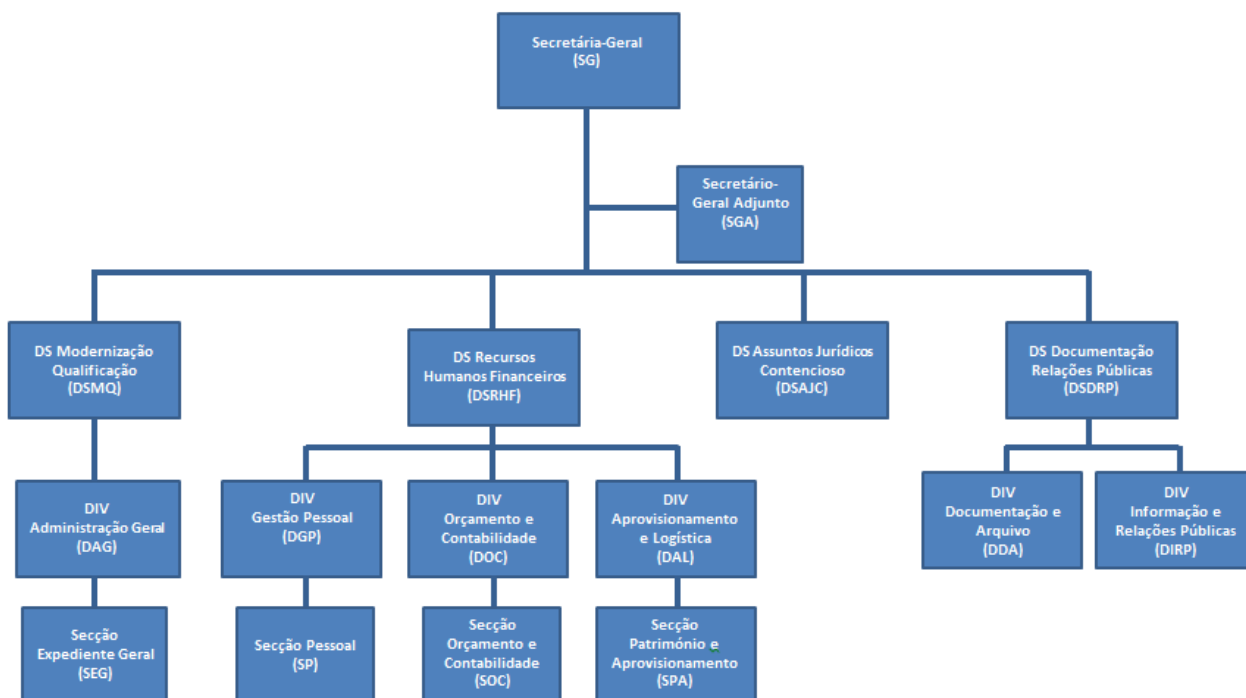
Deste modo, a SG tem como missão prestar apoio técnico à formulação de políticas, ao planeamento estratégico e à política legislativa no âmbito do MAI. Dentro das suas atribuições a SG tem de assegurar:

- Um centro de documentação nas áreas de interesse do MAI;

- A organização, descrição e difusão da documentação de carácter histórico do MAI, e do arquivo geral, de acordo com as normas arquivísticas nacionais e internacionais, assim como de assegurar uma política de gestão integrada em arquivo;
- Assegurar os serviços de informação, apoio à imprensa, relações públicas e protocolo.

Estas atribuições estão focalizadas numa das suas seis unidades orgânicas nucleares, a Direção de Serviços de Documentação e Relações Públicas. Recai sobre ela a nossa investigação.

**ORGANOGRAMA DA SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**



A referida Direção, segundo a Portaria n.º 93/2013 de 1 de março, tem as seguintes competências:

- a) “Recolher, tratar e difundir, sempre que possível, com recurso à via eletrónica, a informação e a documentação técnica especializada com interesse para as atividades do MAI;
- b) Organizar e manter atualizado o Centro de Documentação da SG, assegurando o tratamento da documentação, através de técnicas documentais automatizadas e gerir a Biblioteca *on-line*;
- c) Identificar e gerir os recursos documentais dos organismos aos quais presta apoio no âmbito da centralização de funções e atividades comuns;
- d) Promover a organização e gestão de um catálogo coletivo do acervo documental existente nos centros de documentação e bibliotecas dos organismos aos quais presta apoio no âmbito da centralização de funções e atividades comuns e a sua disponibilização em linha;
- e) Assegurar a ligação e acessos a bases de dados nacionais e estrangeiras, nomeadamente de legislação;
- f) Editar, divulgar e distribuir as publicações elaboradas na SG ou noutros serviços do MAI;
- g) Organizar e manter o arquivo geral do MAI, com competências sobre toda a documentação de arquivo que deixou de ser de uso corrente e assegurar a sua gestão;
- h) Acautelar a gestão dos arquivos correntes da SG e dos gabinetes dos membros do Governo do MAI;
- i) Estudar e propor normas uniformes para a elaboração de sistemas de classificação de documentos de arquivo e apoiar os organismos, aos quais presta apoio no âmbito da centralização de funções e atividades comuns, no desenvolvimento de planos de classificação;
- j) Elaborar e atualizar em colaboração com os organismos a que presta apoio, propostas de portarias de gestão de documentos ou outros instrumentos que legitimem a eliminação de documentos de arquivo, de acordo com a legislação em vigor.
- k) Apoiar tecnicamente os serviços do MAI na conceção e implementação de sistemas de gestão integrada de documentos de arquivo;
- l) Assegurar o serviço de Relações Públicas do MAI; (...).”

De todas as competências enunciadas, as mais relevantes para a presente investigação são as alíneas de a) a e), pertencentes à Divisão de Documentação e Arquivo. São atividades ligadas ao tratamento documental, à recuperação da informação e à sua divulgação. Neste âmbito, a aplicação de uma política de indexação e de um tesouro específico na área das Ciências Policiais irá contribuir para a uniformização da atividade e centralização das funções dos vários serviços de informação integrados no MAI, um dos objetivos da Direção.

### MEIOS E RECURSOS

Dentro da Direção de Serviços de Documentação e de Relações Internacionais (DSSRP), é sobre a Divisão de Documentação e Arquivo (DDA) que o nosso interesse de estudo recai.

Esta divisão é dirigida por um diretor de serviços e um chefe de divisão<sup>5</sup>.

No que concerne a recursos humanos, existem:

- 2 técnicos superiores de biblioteca;
- 1 técnica superior de arquivo;
- 5 assistentes técnicas: 3 com formação na área e 2 generalistas.

A Biblioteca ou Centro de Documentação e Informação (CDI) faz a seleção e propõe a aquisição de bibliografia de interesse para o enriquecimento do acervo documental desta divisão, assim como desencadeia e controla o respetivo processo de aquisição de livros e revistas nas áreas de interesse do MAI.

O circuito documental insere as publicações na cadeia documental (aquisição, registo, classificação, carimbagem, catalogação, indexação), que visa a recolha/levantamento dos elementos essenciais à identificação, tratamento e organização da informação, de modo a disponibilizar a informação pertinente, de forma célere e de acordo com o perfil dos utilizadores do serviço de documentação.

---

<sup>5</sup> Informações concedidas pela Divisão de Documentação e Arquivo, em maio de 2014.

Todas as obras, independentemente do tipo de suporte, são sujeitas ao tratamento documental, o qual compreende as seguintes operações:

- Registo;
- Classificação;
- Indexação;
- Catalogação;
- Inserção na base de dados;
- Scanner e inserção de ficheiro em PDF;
- Inserção da cota e código de barras;
- Validação e controlo de qualidade,
- Arrumação da obra na estante.

As normas utilizadas na catalogação são as Regras Portuguesas de Catalogação e outras de referência internacional. Ao nível da indexação, é utilizada a linguagem pós-coordenada EUROVOC<sup>6</sup>.

No que concerne aos recursos tecnológicos, a divisão utiliza o *software Biblionet* para tratamento documental, que inclui as seguintes bases de dados:

- Bibliográfica (9016 registos);
- Legis (10658 registos);
- Kardex (93 registos);
- Assinatura de bases de legislação: Digesto, Datajuris;
- A documentação e o arquivo definitivo vão ser descritos no *software Archeevo*.

A gestão das bases de dados é fundamental para garantir a qualidade da informação, com especial relevância para a atual e crescente disponibilização de

---

<sup>6</sup> O EUROVOC é um tesouro multilingue e multidisciplinar que integra a terminologia dos domínios de atividade da União Europeia, colocando a tónica na atividade do Parlamento (<http://eurovoc.eu/drupal/?q=pt>).

informação na internet. Nesse sentido é fundamental que a informação disponibilizada seja fiável e atualizada.

O CDI executa regularmente procedimentos para a deteção e correção de anomalias no funcionamento das suas bases de dados, nos módulos de:

- Catalogação;
- Consulta e empréstimos;
- Gestão de publicações periódicas;
- Impressão de código de barras;
- Pesquisa local e interface www.

O acervo é constituído por ca. de 7500 monografias e 14 periódicos com assinatura ativa (2013).

O acesso ao CDI é geral, feito por utilizadores internos e externos e engloba as seguintes atividades:

- Consultas presenciais;
- Pedidos telefónicos ou por e-mail;
- Pesquisa de legislação;
- Pedidos de empréstimo;
- Empréstimo interbibliotecas;
- Compilação e organização de dossiês de legislação do MAI.

A divisão promove a difusão da informação impressa e eletrónica e efetua a gestão desses recursos informativos eletronicamente (ao nível interno), de modo a proporcionar um fácil acesso e garantir uma boa utilização da informação. Disponibiliza através do correio eletrónico:

- A seleção e respetivo envio diário dos sumários da legislação pertinente nas áreas com interesse para o MAI e/ou no âmbito da Administração Pública;
- A seleção e respetivo envio diário dos sumários, dos documentos selecionados no Jornal Oficial da União Europeia (EU), com interesse para o MAI e/ou no âmbito da Administração Pública.



O público alvo desta divisão são os utilizadores internos, dos diferentes serviços e direções do MAI. Dentro do universo do MAI, destacam-se a Polícia de Segurança Pública (PSP) e Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Inspeção Geral da Administração Interna (IGAI).

Este público procura não só informação especializada e direcionada, mas também multidisciplinar, como é o caso já referido das emergentes Ciências Policiais. Contudo, sendo um Centro de Documentação que se especializa nesta área, não podemos esquecer que o MAI possui, no seu universo, outros Centros de Documentação / Bibliotecas especializadas.

Realçamos o CDI do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), instituição pioneira na formação superior de quadros da Segurança Interna, onde a atividade de polícia é a essência material que incorpora vários saberes – policiais, jurídicos, sociais, políticos, filosóficos, económicos – um objeto científico que dá corpo à ideia de uma *ciência policial inerente à afirmação do Estado de direito material social democrático* (Guedes Valente, 2014: 26).

Neste âmbito, o CDI do ISCPSI afirma-se como uma biblioteca especializada na área das Ciências Policiais, onde o objeto de estudo desta investigação - delinear a construção de um tesouro das Ciências Policiais - é um instrumento de aplicabilidade prática e de relevo para um tratamento uniformizado da indexação e uma futura melhoria da recuperação da informação.

## **2.2 - REDE INTEGRADA DE RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

O Projeto RIRBMAI<sup>7</sup> tem como fim integrar e gerir, em rede, as várias bases de dados bibliográficas afetas aos serviços e organismo tutelados pelo MAI, criando um catálogo único que irá permitir aceder à informação num simples ponto de acesso.

Dos organismos tutelados pelo MAI, apenas oito possuem Centro de Documentação:

- Secretaria-Geral da Administração Interna (SGMAI);
- Direção Geral da Administração Interna (DGAI);
- Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI);
- Inspeção-geral da Administração Interna (IGAI);
- Guarda Nacional Republicana (GNR);
- Escola da Guarda da GNR (EG/GNR);
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF);
- Autoridade Nacional para a Proteção Civil (ANPC).

A ideia de integração das várias bases de dados advém do grupo de trabalho formado em 2003, por iniciativa do então Conselho Consultivo para as Forças de Segurança. Este grupo teve como objetivo a uniformização dos procedimentos ao nível do tratamento documental e futura integração dos registos bibliográficos dos diferentes organismos num catálogo coletivo.

Contribuiu para a emergência desta ideia, o facto do CDI do ISCPSI estar desde 2000 integrado no catálogo do ITIJ, em conjunto com todas as bases de dados do Ministério da Justiça. A página do ITIJ, ainda hoje, está em pleno funcionamento.

---

<sup>7</sup> Informações fornecidas pela Divisão de Documentação e Arquivo da Secretaria Geral do MAI.

A experiência foi muito gratificante, uma vez que permitiu perceber a integração em rede, num catálogo único, que conduz a um aumento exponencial da visibilidade e do acesso aos catálogos de cada organismo. De imediato se chegou à conclusão da importância de criar uma rede integrada do Ministério da Administração Interna.

O CDI do ISCPSI deixou de estar na rede integrada do ITIJ (Instituto de Tecnologias da Informação da Justiça) desde 2005 por motivos institucionais. Decidiu, então, propor à direção a aquisição do sistema integrado de gestão de bibliotecas *BIBLIOBASE*.

O Ministério da Administração Interna tutela vários organismos operacionais no âmbito do *security and safety* do país. O interesse na procura deste tipo de informação é muito grande, assim como é de elevada importância para uma pasta ministerial que tem por missão a gestão da segurança e do Estado. Contudo, poucos são os Centros de Documentação do Ministério da Administração Interna que disponibilizam os seus catálogos em acesso livre, assim como o seu acervo, ao público em geral.

As mentalidades, aos poucos, foram-se alterando, e, sobretudo, os organismos de segurança começam a permitir o acesso a determinados serviços por parte de toda a comunidade, destacando-se os Centros de Documentação e Informação do ISCPSI e da GNR.

Até 2010, continuava a existir falta de comunicação entre os diversos serviços de informação do MAI, assim como pouca visibilidade externa dos respetivos catálogos bibliográficos, o que se refletiu numa fraca satisfação dos interesses informacionais dos utilizadores e novos utilizadores, e até desconhecimento do público interno e externo da existência destes serviços de informação.

Numa análise geral, vários problemas foram colocados em cima da mesa, tais como:

- Os utilizadores, ao efetuarem uma pesquisa, necessitam de consultar independentemente cada catálogo, conduzindo a um acesso lento, perda de tempo e uma recuperação da informação deficiente;
- A descentralização dos vários catálogos propicia uma fraca visibilidade e, como consequência, os utilizadores internos e externos, por vezes, desconhecem a sua existência, ou ignoram as potencialidades de informação que um determinado serviço pode ter e como pode contribuir, de uma forma eficiente, para o esclarecimento das suas perguntas e dúvidas;
- Ao nível do tratamento documental, existe uma duplicação de tarefas, na catalogação, classificação e indexação;
- Não existem diretrizes, tais como uma política de indexação, que permitam uma uniformização de critérios descritivos dos assuntos nos vários serviços de informação, enfraquecendo a qualidade na recuperação de informação;
- Fraca rentabilização dos recursos humanos que, apesar de escassos, necessitam de orientação através de implementação de objetivos concretos e diretrizes operacionais;
- Não existe uma política comum de aquisição e gestão de coleção, que permita uma melhor gestão de recursos financeiros, recursos informacionais e materiais, essenciais a cada CDI.

Perante os factos apresentados, a Direção de Documentação e Relações Públicas da Secretaria Geral do MAI, tomou as rédeas para a resolução destes problemas. Em 2010 foi aprovada a proposta de criação do Projeto RIRBMAI.

O projeto visa atingir os seguintes objetivos:

- Rentabilizar os recursos humanos e tecnológicos;
- Garantir uma maior eficácia e rapidez no acesso aos diversos catálogos bibliográficos;
- Uniformizar o tratamento documental, através do desenvolvimento de políticas de normalização comuns;

- Controlar os custos, evitando a duplicação de aquisições e permitindo uma melhor partilha de recursos;
- Melhorar a difusão e divulgação dos fundos bibliográficos dos vários serviços de informação do MAI.

No seguimento das informações fornecidas pela Divisão de Documentação e Arquivo da Secretaria-geral do MAI, o projeto RIRBMAI assenta num Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas, o *BIBLIONET*, desenvolvido totalmente em ambiente *WEB* e que permite uma gestão integral dos catálogos partilhados.

O *BIBLIONET* é um sistema modelar que permite a manipulação de dados em múltiplos formatos MARC e garante a normalização e portabilidade dos dados bibliográficos. Por ser *WEB-BASED*, o programa apenas necessita de estar instalado num servidor disponível na internet, com ligação a um *browser* e respetivas permissões para aceder ao sistema.

O *BIBLIONET* é um programa multibase, ou seja, permite a integração e gestão de várias bases, num catálogo único dos vários serviços de informação do MAI.

Para uma melhor operacionalização do projeto optou-se pela criação de um projeto-piloto, integrando o catálogo de três serviços de informação: Biblioteca da Secretaria Geral do MAI, CDI do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e Biblioteca da Inspeção Geral da Administração Interna.

O projeto RIRBMAI foi a base pelo qual se optou direcionar esta investigação para o desenvolvimento de um instrumento de trabalho – uma linguagem documental em Ciências Policiais – tão necessário para a prossecução do objetivo de normalizar o tratamento documental nos vários sistemas de informação do MAI e para uma melhor gestão da segurança.

## 3 - SELEÇÃO DA LINGUAGEM DOCUMENTAL

### 3.1 - INDEXAÇÃO

A principal função de um sistema de informação como a biblioteca da Secretaria-Geral do MAI ou o CDI do ISCPSI é fornecer aos seus utilizadores os meios necessários para recuperarem informação de um modo preciso e flexível, assim como disponibilizar, através de um catálogo, toda a informação existente no serviço para uma futura consulta.

Toda a informação tem de estar organizada, com parâmetros bem definidos, através da determinação de instrumentos de gestão documental, como a política de indexação (elaborada de acordo com os objetivos institucionais e o perfil dos utilizadores), os manuais de procedimentos, rotinas, e linguagens documentais, como os tesouros que, pela sua estrutura, possibilitam a compreensão e organização conceptual de um domínio específico (Vargas e Laan, 2011: 22).

38

---

No seguimento da NP 4036:1992:

“A eficácia de uma indexação por matérias, como meio de identificação e recuperação de documentos, depende da qualidade da linguagem de indexação.”

A nossa meta é indicar, direccionar, os profissionais de informação dos serviços de informação do MAI para a escolha de termos que melhor identifiquem as necessidades dos seus utilizadores, desenvolvendo-se a médio prazo uma linguagem de indexação de qualidade.

Reforça-se que os serviços de informação do MAI são serviços especializados que requerem uma descrição mais aprofundada dos seus documentos. Apesar de as Ciências Policiais serem transversais a várias áreas, a área de Segurança Interna necessita de ser mais específica, com termos direcionados e especializados que permitam uma recuperação de informação com o menor ruído possível.

Todo este processo, para que seja consistente e de qualidade, necessita do desenvolvimento de uma política de indexação para o estabelecimento de coordenadas e diretrizes, de acordo com as necessidades do organismo e dos seus utilizadores (Redigolo *et al.*, 2012: 76). A elaboração de uma política de indexação para os sistemas de informação do MAI, como já havia sido referido, fica para uma segunda investigação.

A política de indexação é definida por Marta Gomes (2008: 9) como um plano que cria meios e estabelece diretrizes gerais num sistema de informação, orientando a indexação da sua documentação, tornando-a consistente e assegurando a qualidade da recuperação da informação. Funcionando como um veículo condutor de tomadas de decisão numa organização, otimizando serviços e racionalizando processos, adquirindo meios e recursos adequados, constituindo equipas de trabalho especializadas, apresentando-se como um verdadeiro desafio à gestão diária de um sistema de informação.

Como referido anteriormente, a indexação é uma técnica documental que visa a representação do conteúdo de um documento através de um vocabulário que se pretende controlado e homogéneo, de modo a facilitar a recuperação da informação contida no documento. Em muitas organizações é considerada a operação central e mais importante para a eficácia de um sistema de informação.

Nos sistemas de informação do MAI, um documento, antes de ser lido pelo leitor, é lido pelo profissional de informação de uma forma técnica, racional e rápida, com o objetivo de extrair o conteúdo informativo do texto, preparando a sua recuperação por um leitor interessado. Neste âmbito, o nível de descrição tem de ser aprofundado, devendo o profissional possuir um conhecimento adequado da área onde estão inseridos, conhecer um pouco do conteúdo temático que estão a tratar, compreender a linguagem do autor (Rodrigues, 2011: 32), o que lhe permite fazer uma análise com qualidade, dando garantias que, numa determinada pesquisa, a recuperação da informação seja pertinente.

“O indexador deve possuir um adequado conhecimento da área abrangida pelos documentos que indexa. Deve entender os termos encontrados nos documentos, assim como, as regras e procedimentos da linguagem de indexação específica” (NP 3715, 1989: 8).

Mas não nos podemos esquecer que o profissional de informação / bibliotecário não é suposto ter uma formação multidisciplinar, é um mediador (detentor de conhecimentos ao nível da gestão da informação) entre os especialistas e a informação disponível no seu Sistema de Informação (Araújo, 2012: 16).

O desenvolvimento da tecnologia e o aparecimento de catálogos *on-line* levou os utilizadores a terem um acesso direto à informação, sem intermediários. Este facto cria uma maior preocupação por parte dos Sistemas de Informação, em gerirem a sua representação temática, de modo a que a linguagem usada pelo utilizador coincida com a adotada pelo sistema de recuperação de informação.

A diferença de linguagens entre estes dois atores conduz a um alto índice de ruído ou silêncio na recuperação da informação, provocando insatisfação no utilizador e aumentando a desconfiança e perda de interesse em voltar a utilizar os serviços do Sistema de Informação consultado. Tal facto é impensável e repreensível, nesta *selva manufacturada*, sendo necessário, os serviços criarem medidas de qualidade, de inspeção, políticas de gestão, tais como, e neste caso, políticas de indexação e de controlo de terminologia, para garantir a relação entre as perguntas e as respostas.



Para a normalização da indexação, existem vários instrumentos normativos, utilizados internacionalmente. Em Portugal, destacam-se as normas portuguesas, traduzidas das normas internacionais ISO: a NP 3715 b (1989) – *Método para análise de documentos, determinação do seu conteúdo e seleção de termos de indexação*; NP 4036 (1992) – *Documentação: tesouros monolíngues: diretivas para a sua construção e desenvolvimento* e a NP 4285-4 (2000) – *Linguagens Documentais*. Mais recentemente surgiram duas novas normas internacionais ISO: ISO 25964-1 (2011) – *Tesauri for information retrieval* e ISO 25964-2 (2013) – *Mapping*.

O processo de indexação tem como principais etapas e segundo a NP 3715:

- Análise do documento;
- Definição do assunto do seu conteúdo;
- Identificação e seleção de conceitos presentes no assunto;
- Tradução desses conceitos em termos de uma linguagem de indexação.

As duas primeiras etapas diluem-se num único passo, porque analisar e definir o conteúdo de um documento consiste precisamente em identificar conceitos que representem esse mesmo conteúdo (Gomes, 2008: 12).

A análise do documento é uma etapa intelectual e fundamental para a indexação. Permite ao profissional exprimir com maior exatidão o pensamento do autor e ter consciência das necessidades reais do utilizador. Contudo a etapa da leitura e da análise é um ato subjetivo e individual, todos fazemos uma leitura e uma interpretação diferente do que se lê (Gomes, 2008: 15). Contudo cabe ao indexador fazer uma leitura profissional diferente da leitura comum, imbuído de um espírito analítico-sintético, diminuindo a subjetividade e contribuindo para a fundamentação assertiva de como o processo de indexação num sistema de informação é de extrema importância e utilidade para o todo da organização, sendo necessário investir e adotar uma adequada política de indexação.

Após a análise documental é necessário a extração e identificação de conceitos contidos nos documentos, representados por uma palavra ou termo, tendo como

produto final a identificação do assunto que represente o conteúdo informacional de um documento.

A presente investigação serve de instrumento de apoio nesta etapa de transformação de conceitos em assuntos, contribuindo para que no universo MAI onde se prevê a aplicabilidade da linguagem documental aqui delineada, haja uma diminuição da subjetividade e que se atinja o objetivo de fazer chegar a mensagem dos autores dos documentos aos seus utilizadores, através de uma recuperação da informação eficiente.

É importante referir que, com o funcionamento em pleno do projeto RIRBMAI e a colocação do catálogo bibliográfico *on-line* através do sistema integrado de gestão de bibliotecas *BIBLIONET*, as pesquisas passam a ser autónomas por parte dos utilizadores, não sendo necessário um apoio técnico tão acentuado. Tal facto, contribui para que o sistema necessite de aplicar uma linguagem documental controlada, que contemple a totalidade de informação existente na coleção, de modo a permitir através das pesquisas, uma recuperação de informação eficaz e eficiente na base de dados por assunto.

A *BIBLIONET* e outros *softwares* já permitem uma recuperação da informação a partir do texto integral e numa linguagem natural. Esta aplicação ajuda o utilizador a recuperar informação que considere pertinente, contudo o ruído (demasiada informação) é elevado, provocando perda de tempo e desorientação.

### **3.2 - LINGUAGENS DOCUMENTAIS**

As linguagens documentais são ferramentas essenciais para os profissionais da informação, e suas aliadas, para que se atinja um dos objetivos principais de um sistema de informação:

***SATISFAZER AS NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO  
DOS SEUS UTILIZADORES***

As linguagens documentais são linguagens construídas que representam, de forma sintética, as informações contidas nos documentos, facilitando a comunicação entre o utilizador e o sistema de informação.

Existem dois métodos fundamentais para indexar o assunto dos documentos:

Indexação por Termos ou Linguagem Controlada – pressupõe a análise do assunto do documento, a decisão sobre conceitos presentes no texto e a transformação dos mesmos em linguagem apropriada. Na indexação por termos, determinam-se os cabeçalhos a empregar, controlam-se sinónimos, distinguem-se homónimos e preveem-se relações de equivalência, associativa e hierárquica. Estes modelos de organização desenvolveram-se durante o século XIX, acompanhando o progresso científico, o incremento da imprensa periódica, o qual levou a uma maior produtividade editorial, e conseqüentemente ao aumento dos acervos em arquivos e bibliotecas, exigindo o aparecimento de novas formas de organização do conhecimento. Hoje os modelos maioritariamente utilizados em sistemas de informação são as classificações (CDU e DEWEY), listas de cabeçalhos de assuntos e os tesouros.

Linguagem Natural – utilização dos termos empregues pelo autor na apresentação das suas ideias, normalmente as palavras encontradas nos títulos ou no texto dos documentos. Tem um número ilimitado de termos, estabelecidos em dois

níveis diferentes: linguagem corrente (linguagem diária de comunicação) e a linguagem científica (mais seletiva).

Este tipo de linguagem cria sempre uma grande ambiguidade no momento da pesquisa, pois não havendo controlo dos termos utilizados, um mesmo assunto pode ser representado de formas diferentes, originando perda de informação.

As linguagens documentais surgem da Indexação e para a Indexação. Uma vez terminada a primeira etapa da indexação com a definição de assuntos em linguagem natural, os mesmos são traduzidos para termos de indexação controlados e autorizados a representar os conceitos no sistema. Ao conjunto deste termos denominamos de linguagem documental ou linguagem controlada. As linguagens controladas são uma ferramenta muito eficaz na indexação e um instrumento de apoio às estratégias de pesquisa (Gomes, 2008: 38).

Como referido anteriormente, um outro método de indexar é através da linguagem natural, mas devido aos novos sistemas de recuperação de informação, a sua utilização torna-se pouco eficiente, consistente, pela sua dispersão terminológica (diferentes autores, palavras diversas para o mesmo conceito) e sintática (diferentes estruturas para expressarem a mesma ideia), não satisfazendo as necessidades de recuperação de informação de uma área especializada, tal como as Ciências Policiais (Segurança Interna), que possui uma terminologia muito própria para identificar assuntos.

No seguimento do pensamento de Esmeralda Araújo (2012: 19) “As linguagens especializadas foram criadas como resposta à automatização do conhecimento, que obrigou a uma especialização crescente dos conteúdos”.

As linguagens documentais apresentam as seguintes vantagens (Lopes, 2002: 47):

- Permitem o controlo dos termos utilizados, evitando ambiguidade e garantindo a qualidade na recuperação da informação;
- Auxiliam o indexador na procura de termos que melhor representam os conceitos contidos nos documentos;
- Minimizam os problemas de comunicação entre indexadores e utilizadores;
- Um bom vocabulário controlado oferece uma recuperação da informação relevante, criando confiança no utilizador perante um possível resultado negativo;
- Otimização do tempo de consulta à base. Com o uso do tesouro, a estratégia de pesquisa é mais elaborada;
- As relações hierárquicas e as remissivas do vocabulário auxiliam o utilizador e o indexador na identificação de conceitos relacionados.

Contudo, existem algumas desvantagens a ter em consideração:

- A seleção de uma linguagem documental acarreta um aumento de custos, um vez que a criação e/ou manutenção destas linguagens pressupõe uma utilização diferente dos recursos e meios, sendo necessário manter profissionais especializados na atualização do tesouro;
- A desatualização do vocabulário controlado poderá conduzir a falsos resultados;
- O vocabulário controlado pode distanciar-se dos conceitos adequados para a representação das necessidades de informação.

As linguagens documentais estão divididas em dois grupos:

1. As numéricas, sendo de sublinhar os sistemas de classificação bibliográfica como a CDD (Classificação Decimal de Dewey) e a CDU (Classificação Decimal Universal), que são de extensão contínua, cobrindo, quase todo o, espectro do conhecimento.
2. As alfabéticas de indexação, sendo de destacar as listas de cabeçalhos de assuntos como a LCSH (Library of Congress Subject Headings)<sup>8</sup> e os tesouros, como por exemplo o EUROVOC<sup>9</sup> e UNESCO<sup>10</sup>

#### LINGUAGEM PRÉ-COORDENADA E LINGUAGEM PÓS-COORDENADA

Definida a linguagem documental, a nova opção passa por dois tipos de linguagem, tendo em conta as características do sistema de informação onde vão ser implementadas:

46

---

##### **As Linguagens Categoriais ou Pré-Coordenadas**

São organizadas por categorias e procuram abranger todo o universo do conhecimento. O indexador assume o papel fundamental, uma vez que é no momento da indexação que é efetuada a combinação entre termos, no momento anterior à sua utilização, sendo a ordem determinada a partir da importância que os conceitos têm para os utilizadores.

A vantagem é que reduzem o risco de falsas associações, feitas no momento da pesquisa; e a desvantagem é a incontornável subjetividade do indexador que determina a prioridade na citação dos seus elementos.

---

<sup>8</sup> Disponível em [www.loc.gov/library/libarch-tesauri.html](http://www.loc.gov/library/libarch-tesauri.html).

<sup>9</sup> Disponível em [http://europa.eu/eurovoc/sg/sga\\_doc7eurovoc](http://europa.eu/eurovoc/sg/sga_doc7eurovoc)

<sup>10</sup> Disponível em <http://databases.unesco.org/thesaurus/>

Organizadas em tabelas de classificação, são dedutivas, apresentando os assuntos do geral para o particular. São os sistemas de informação mais generalistas, com assuntos heterogêneos que utilizam este tipo de linguagem.

#### **As Linguagens Combinatórias ou Pós-Coordenadas**

Incidem na combinação entre termos que as constituem, e são representadas pelos tesouros ou listas estruturadas de termos.

Possibilitam uma maior liberdade ao utilizador, mas também uma maior responsabilidade na recuperação, isto porque é no momento da pesquisa que são feitas as associações entre os termos. As linguagens pós-coordenadas são, sobretudo, utilizadas em bibliotecas especializadas, onde o conjunto de termos é concentrado em áreas específicas do conhecimento.

#### **LINGUAGEM CONSTRUÍDA DE RAIZ OU ADOTADA**

47

---

Ao seleccionar a linguagem Pré-Coordenada ou Pós-Coordenada, impõe-se que o serviço de informação tenha de optar entre criar uma linguagem nova, de raiz, ou adotar uma existente, ou juntar estas duas opções.

As organizações optam, na maioria, por construir uma linguagem de raiz, porque não existe nenhuma realmente adequada para representar os seus assuntos.

Contudo esta opção exige um maior esforço de meios e recursos, por ser mais complexa em detrimento da escolha de uma já existente. Muitos organismos aproveitam o facto de pertencerem a redes internacionais de cooperação, construindo em conjunto linguagens documentais que servem para toda a rede.

Algumas desvantagens da escolha de uma linguagem já existente são:

Há fortes hipóteses de uma linguagem já existente não contemplar termos de indexação absolutamente necessários para a caracterização dos assuntos do acervo documental do organismo, obrigando a que novos termos sejam criados e acrescentados ao vocabulário. No entanto, a criação de uma nova linguagem, a partir de uma pré-existente, ou o recurso a uma linguagem já existente com novos termos é insuficiente, pois serve apenas aquela instituição. Contudo, se o organismo que adota e elabora um tipo de linguagem e, possui instituições e serviços sob a sua alçada, como o Ministério da Administração Interna, é possível recolher resultados mais positivos, devido à possibilidade de trabalhar em rede, fornecendo e recebendo propostas de descritores.

No entanto, linguagens criadas desta forma conduzem, geralmente, a uma morosidade nos procedimentos, passando-se meses, ou anos, até ser aceite um novo termo. São vocabulários complexos, muitas vezes traduzidos em várias línguas.

Independentemente de todos os fatores identificados, na decisão deve prevalecer o facto de:

- A linguagem selecionada representar o acervo documental da organização;
- Representar os objetivos de pesquisa do público.

Optando-se pela construção de uma linguagem de raiz, os responsáveis devem ter a certeza de que foram esgotadas todas as possibilidades de utilizar uma linguagem já existente.

A construção de um vocabulário controlado implica um esforço financeiro e humano que não pode ser ignorado, não sendo razoável decidir pela construção de uma nova linguagem quando existem outras que respondem perfeitamente às necessidades de informação e indexação da organização.



Sistemas de informação especializados optam por construir a sua própria linguagem. Os assuntos são cada vez mais complexos, assim como os elevados níveis de exaustividade, especificidade e exigência na indexação e recuperação da informação.

A criação de uma linguagem não impede a consulta de outros vocabulários e a adoção de termos neles contidos, e que façam sentido neste novo instrumento, facilitando o processo de construção da linguagem (Gomes, 2008: 41-42).

## TESAUROS

### CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS

A palavra tesouro, segundo Maria Campos (2001: 87), é de origem latina e significa “tesouro”, no sentido de “tesouro de palavras”. É um instrumento que reúne conceitos de uma determinada área do conhecimento, relacionando-os entre si.

49

---

Tesouro é uma linguagem especializada, normalizada, pós-coordenada, usada com fins documentários, onde os elementos linguísticos que o compõem – termos, simples ou compostos – encontram-se relacionados entre si sintática e semanticamente (Currás, 1995, p. 88).

Atualmente, os tesouros são, na maior parte dos casos, ferramentas digitais e servem tanto os profissionais de informação como os utilizadores. A ISO 25964-1 de 2011 pretende fazer a transição e a compatibilidade entre o modelo digital e a gestão da informação. Amplia as orientações sobre a construção e gestão de tesouros, introduz novas diretivas sobre a aplicação da análise facetada na construção de tesouros e especificações sobre a funcionalidade de *softwares* para a gestão, permitindo uma maior operabilidade entre os diferentes sistemas de indexação e pesquisa. A norma tem como principal objetivo que o indexador, e o utilizador sejam guiados na escolha do mesmo termo, do mesmo conceito, de modo, a que documentos relevantes sejam recuperados.

A norma define o tesouro como um vocabulário controlado e estruturado em que cada conceito é representado por termos organizados para que a relação entre conceitos seja explícita. Os termos predefinidos são acompanhados de indicações para entradas de sinónimos ou quase-sinónimos.

Deste modo, o tesouro tem como principais características:

- Vocabulário controlado;
- Uma estrutura combinatória, permitindo uma maior especificidade e menor ambiguidade na recuperação da informação;
- Lista estruturada de expressões, de acordo com as relações hierárquicas e associativas, destinadas a representar, num sistema documental, o conteúdo de um documento, sendo os tesouros considerados linguagens especializadas de indexação.

Os principais objetivos de um tesouro, segundo a *British Standard Institution*, são:

- Limitar o número de termos atribuídos a um documento, representando da melhor forma possível os conceitos descritos pelo autor do documento;
- Servir como apoio na pesquisa e recuperação da informação;
- Controlar os termos usados na indexação fornecendo as ferramentas necessárias para traduzir a linguagem natural dos autores, pesquisadores e indexadores, numa linguagem mais controlada.

A autora Emilie Currás (1995: 88) tece uma série de considerações a serem cumpridas por um tesouro e que são tidas em conta ao longo do projeto. Destacam-se as seguintes:

- Estar normalizado através de um processo e pós-controlado;
- Possuir uma linguagem especializada;
- Os léxicos especializados passam à categoria de termos, palavras chave que determinam o assunto do documento;

- O relacionamento destes termos é feito hierarquicamente, de modo associativo ou por equivalência;
- Os processos de relações realizam-se através dos métodos de pré-coordenação e pós-coordenação;
- A linguagem passa a ser uma linguagem documental, utilizada nos processos de indexação ou classificação e na recuperação da informação;
- Para uma atualização constante deverá permitir a introdução ou supressão de termos;
- Devem ter como principal objetivo converter a linguagem natural e ambígua dos documentos numa linguagem normalizada e controlada;
- Devem ser um elo de ligação e comunicação entre o documento e o utilizador, tendo o profissional de informação a função de gestor e de estimular este elo.

A autora também define na sua obra as classes e tipos de tesouros (1995: 96-97) nos termos seguintes:

- Os tesouros, de âmbito geral, como por exemplo o EUROVOC e os especializados.
- Multidisciplinares ou monodisciplinares. Geralmente os tesouros são multidisciplinares, porque abrangem mais do que uma área do conhecimento, sendo comum serem constituídos pela área temática principal, e possuírem como suporte outros auxiliares.
- Quanto à ordenação dos assuntos, podemos considerar os tesouros alfabéticos, sistemáticos ou temáticos. Nos temáticos, os assuntos são organizados hierarquicamente, distribuídos por facetas, ou dispostos em gráficos (este último desapareceu com o aparecimento das novas tecnologias).
- Os tesouros podem também ser classificados de macrotesouros, devido à sua complexidade de elaboração, ao elevado número de áreas temáticas e de termos de indexação. Segundo Marta Gomes (2008: 51), o macrotesouro é constituído por temas relacionados entre si, dispostos

de forma independente em pequenos tesouros denominados de microtesouros. O relacionamento entre estes dois tipos de tesouros é feito através de referências cruzadas.

- Os tesouros também são caracterizados quanto à língua que utilizam, podendo-se considerá-los como: monolíngues, bilingues e plurilingues.
- Quanto à entidade que os elabora, os tesouros podem ser considerados públicos ou privados.

#### SELEÇÃO DE UMA LINGUAGEM DOCUMENTAL

A escolha de uma linguagem de indexação para um serviço de informação, como já verificámos, é uma tarefa complexa e exige um conhecimento profundo do serviço onde se está inserido, os objetivos da organização e sobretudo os interesses dos utilizadores.

As linguagens documentais utilizadas, ou a utilizar, pelo serviço devem ser avaliadas e observadas permanentemente pelos indexadores:

- A área do presente estudo - Segurança Interna e Polícia - está sempre a evoluir e conseqüentemente a influenciar a mutação do vocabulário, necessitando de atualização através da eliminação de termos obsoletos e da introdução de novos termos;
- No processo de decisão de aplicação de uma linguagem documental devemos ter sempre em conta que a criação de uma linguagem de indexação nova é um processo lento, caro e que exige recursos humanos disponíveis, qualitativamente preparados. A adaptação de uma linguagem já existente pode ser mais barata, racional e eficiente;
- Estando os centros de documentação do MAI inseridos numa rede, as decisões devem ser comuns, e apresentadas ao sistema para que possam ser incorporadas por todos os membros participantes;
- Ao serem detetadas falhas na recuperação da informação, deve-se pesquisar as causas: falta de prática do utilizador? Problemas na análise

do assunto? Vocabulário controlado com falhas e inadequações? Falta de referências?

Todas estas inquietações deverão ser analisadas e ponderadas numa posterior investigação, onde uma política de indexação assegure a eficácia da indexação e a qualidade da recuperação da informação. A mesma deverá ser desenvolvida e implementada, futuramente, nos vários serviços de informação do MAI.

Analisadas as várias hipóteses até aqui descritas, as vantagens e desvantagens, o contexto das Ciências Policiais e dos vários centros de informação do Ministério da Administração Interna, chegou o momento do desenvolvimento da linguagem documental selecionada.

Já foi referido que uma das principais funções de um sistema de informação é promover a comunicação entre a documentação e a informação existente e os seus utilizadores. Para que tal aconteça, é necessária uma linguagem comum, através da utilização de linguagens documentais que permita transpor a linguagem natural dos documentos, dos profissionais e dos utilizadores para uma linguagem sistemática de recuperação de informação (Rodrigues, 2012: 35).

53

---

Deste modo optou-se, na presente investigação, pela construção de uma linguagem documental alfabética e hierárquica, pós-coordenada (termos combinados na fase da pesquisa), e que melhor se adapte aos vários sistemas de informação especializados inseridos no MAI. O tesouro na área das Ciências Policiais foi a nossa opção, constituído por termos simples ou compostos – que se relacionam entre si de forma a permitirem a sua combinação num processo de pós-coordenação, tornando-se flexíveis em si mesmos, possibilitando uma atualização rápida e dinâmica (Currás, 1995: 101). Contudo, após a pesquisa até aqui desenvolvida, consideramos que, na presente investigação, nos devemos limitar a delinear a construção de um microtesouro na área da Segurança Interna. As Ciências Policiais são multidisciplinares e, como tal, a construção de um tesouro desta envergadura é uma tarefa que pressupõe o envolvimento de uma equipa multidisciplinar, constituída por bibliotecários, professores e especialistas. Exige também a aquisição ou o

desenvolvimento de um *software* que faça a gestão dos termos e os disponibilize na plataforma de pesquisa.

Deste modo, vamos partir de uma área específica / particular /micro (Segurança Interna) para uma área abrangente / geral / macro (Ciências Policiais).

### **3.4 - DELINEAÇÃO DAS DIRETRIZES PARA CONSTRUÇÃO DA LINGUAGEM CONTROLADA - MICROTESAURO**

Em qualquer serviço / organismo é importante a delineação de objetivos e o conhecimento da sua estrutura organizacional e funcional, de modo a otimizar procedimentos.

Num serviço de informação como o caso em estudo, verifica-se a necessidade de normalizar o processo de indexação pelos vários serviços de informação integrados. A normalização e o assegurar da eficácia da indexação e da qualidade da recuperação da informação passa pela implementação de uma política de indexação, cujo principal objetivo é a adoção de uma linguagem documental que represente os conteúdos temáticos do acervo documental da organização.

---

54

Como já referido, a nossa opção recai sobre a construção de um microtesauro na área especializada de Segurança Interna. Ao longo da investigação, verificou-se a necessidade de todos os serviços de informação da rede documental do MAI possuírem os mesmos métodos de catalogação e indexação, seguindo as normas por manuais definidos pelo órgão gestor, diminuindo deste modo a ambiguidade no tratamento documental.

O catálogo bibliográfico e o seu módulo de pesquisa web OPAC (interface de pesquisa WWW) da *BIBLIONET*, utilizada pelo projeto RIRBMAI, não está *on-line*, devido a dificuldades e permissões da rede interna do Ministério (RNSI – Rede Nacional de Segurança Interna). Este facto conduz a uma falta de autonomia de

pesquisa por parte dos utilizadores externos, motivo pelo qual o serviço de referência e de apoio é amplamente requisitado.

Neste âmbito surge a necessidade urgente de todos os serviços de referência do projeto RIRBMAI, onde a pesquisa e a recuperação de informação pertinente são fundamentais para a satisfação dos utilizadores, de uniformizar a indexação em todos os serviços e possibilitar o futuro acesso ao tesouro por parte dos utilizadores, assim como a todos os termos e assuntos de interesse.

A qualidade da indexação está intrinsecamente ligada à escolha e adoção de uma linguagem documental e aplicada nos diversos serviços de informação, de modo a recuperar a informação existente na base de dados por assunto (Rodrigues, 2012: 34).

A metodologia a utilizar na criação do microtesouro em Segurança Interna segue os manuais e documentos analisados ao longo da presente investigação<sup>11</sup>, em especial as normas portuguesas em vigor, como: NP 3715: 1989, NP 4036: 1992 e NP 4285-4: 2000.

#### **OS TERMOS DE INDEXAÇÃO – METODOLOGIA DE SELEÇÃO E APLICABILIDADE NO MICROTESAURO**

Os termos de indexação, como já referido, são palavras, ou conjuntos de palavras, que representam as ideias transmitidas no documento em análise. Os termos são representativos de conceitos, retirados durante o processo de análise documental (Gomes, 2008: 54).

---

<sup>11</sup> É importante realçar que as normas ISO 25964-1: 2011 e ISO 25964-2: 2013 foram consultadas *on-line* na biblioteca do Instituto Português da Qualidade.

Os termos de indexação na sua composição subdividem-se em:

Termos Compostos – São constituídos, por duas ou mais palavras, em que existe um núcleo e um distintivo como, por exemplo, ATUAÇÃO POLICIAL.

Termos Simples – uma única palavra. Uma linguagem com maior incidência de termos simples é sempre mais prática (substantivo), como exemplo POLÍCIA.

Contudo, no desenvolvimento de um tesouro específico, como o de Segurança Interna, onde existe uma maior especificidade e complexidade dos conteúdos, a opção por termos compostos é exigida. Os termos compostos não são apenas utilizados para nomes de entidades (POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, GUARDA NACIONAL REPUBLICANA), são utilizados também para a atividade da polícia (COOPERAÇÃO POLICIAL, MEDIDAS CAUTELARES DE POLÍCIA, MANDADO DE DETENÇÃO, BUSCAS DOMICILIÁRIAS). Verificamos que quanto mais específicos são os termos, maior precisão existe na definição dos conceitos, conseguindo uma diminuição do ruído na recuperação da informação.

56

---

A combinação de termos simples possibilita um maior resultado ao nível de cobertura, mas menos resultados no que respeita à precisão (Gomes, 2008: 57).

No seguimento da leitura efetuada, optámos no microtesouro por uma maior especificidade: introdução de termos compostos na área central de *security* e *safety* e termos mais genéricos em áreas periféricas (Aitchison; Gilchrist, 1990: 19). Na junção lógica entre dois ou mais termos simples, estabelece-se uma relação sintática entre duas ou mais palavras. Se no tesouro existirem estas palavras que compõem os termos compostos de forma isolada, estamos perante a técnica de pré-coordenação. Quanto mais palavras um termo tiver, maior é o nível de pré-coordenação utilizado na construção da linguagem selecionada (Gomes, 2008: 58).



De acordo com a Norma Portuguesa, os termos compostos podem decompor-se em elementos mais simples. Para um bom desempenho da linguagem na recuperação da informação, é essencial, por vezes, decompor os termos compostos, ou escolher entre a formação de termos compostos ou a adoção de termos simples que podem ser combinados entre si.

Na decomposição de termos, é necessário considerar o seu núcleo e o seu modificador.

Os termos compostos devem ser sempre preferidos, quando:

- Tenham um sentido figurado (ex: LITERATURA CINZENTA<sup>12</sup>);
- Se forem nomes próprios de entidades e pessoas, ou geográficos, que não podem ser decompostos, ou termos que significam nomes próprios, (ex: AGENTE INFILTRADO);
- Termos “sincategoremáticos”, onde o modificador não corresponde a uma espécie ou tipo de núcleo (ex: OVOS DE CHOCOLATE);
- Um conceito não pode ser representado por uma só palavra. O termos em que o modificador perde o seu sentido original quando separado do núcleo (ex: GESTÃO CIVIL DE CRISES);
- Termos que contêm um distintivo que sugira uma semelhança com o objeto ou acontecimento sem relação direta e que não possam ser expressos sem a utilização se um substantivo presente no termos composto;
- O modificador perca o seu significado, não estando ligado ao seu núcleo. A decomposição pode levar a ambiguidades e a falsas combinações no momento da pesquisa (ex: ATUAÇÃO POLICIAL).

Segundo Marta Gomes (2008: 60), o mais importante para qualquer princípio normalizador é a utilização de termos compostos que sejam mais conhecidos dos nossos utilizadores. No presente caso do microtesauro em Segurança Interna, existem

---

<sup>12</sup> É importante referir que os exemplos a seguir indicados que não se referem à área da Segurança Interna deve-se ao fato de não estarem representados, até ao momento, na amostra preparada para a dissertação.

termos compostos tão familiares dos conhecedores da área que não podemos separá-los em vários termos simples. Os termos que nos surgem compostos devem permanecer compostos e os simples permanecer simples e utilizar-se a combinação no momento da recuperação da informação, no processo de indexação.

A Norma Portuguesa 4036 (1992: 22) apresenta a seguinte tipologia de termos que podem ser decompostos sintacticamente:

- Termos em que o núcleo refere-se a uma parte ou propriedade e o seu modificador, ao todo ou possuidor dessa propriedade, como por exemplo ACIDEZ DO SOLO, ACIDEZ representa a propriedade e a SOLO o modificador o possuidor dessa propriedade. Pode então ser decomposto em SOLO + ACIDEZ. Contudo, quando o nome de um todo pode ser modificado pelo nome da propriedade ou parte, o termo não se decompõe;
- Termos em que cada componente pode ser aceite como um termo independente. O termo composto pode ser utilizado como não descritor e constituir uma remissiva;
- Termos em que a ação intransitiva do núcleo recai no modificador, como por exemplo, MIGRAÇÃO DE AVES. Neste caso, devem ser representados por termos simples independentes, combinados entre si AVE + MIGRAÇÃO. Mas se o nome de um objeto pode ser modificado pelo nome de uma ação intransitiva na qual ele se encontra envolvido, não se decompõe o termo AVES MIGRATÓRIAS.
- Termos em que a ação transitiva do núcleo recai no modificador GESTÃO DE CONFLITOS. Gestão é uma ação transitiva, enquanto conflitos é o paciente dessa ação. O termo pode ser decomposto em GESTÃO e CONFLITOS. Mas, se um objeto ou material é modificado pelo nome de uma ação exercida sobre ele, o termo não deve ser decomposto LIVRO ENCADERNADO.

Os termos podem também ser classificados de acordo com o seu peso informativo e o seu conteúdo (Gomes, 2008: 62). Em relação ao seu peso informativo os termos podem ser: primários – representam conceitos de um modo unívoco, não existe dúvida na sua utilização; Secundários – acompanham os outros termos.

No que concerne ao seu conteúdo, os termos podem ser:

Onomásticos – Representam nomes de pessoas, famílias ou coletividades, contudo podem ser substituídos por termos temáticos mais genéricos;

Temáticos – Mais difíceis de controlar e de selecionar durante a análise documental, contudo são os mais importantes. Estão sujeitos à sinonímia e polissemia, é a variação em género e número (Gomes, 2008: 64);

Cronológicos – Termos que se referem a períodos de tempo, estando relacionados com a numeração. Contudo o aparecimento de números é raro num tesouro;

Geográficos – Conceitos relacionados com lugares e sítios. Tal como os onomásticos, é necessário perceber se fazem falta ao vocabulário ou podem ser substituídos por termos mais genéricos.

Ao longo do processo de seleção de termos e elaboração de um tesouro, surgem os chamados acidentes linguísticos (Gil Urdícian, 2004, 191), a polissemia e a sinonímia, que interferem com a constituição dos termos de indexação, e também estão na origem das relações entre eles, originando ambiguidade.

Sinonímia – Um conceito representado por vários termos. Apenas um deve ser o descritor e os restantes não descritor, com as respetivas remissivas. A escolha deve incidir no termo mais conhecido do utilizador.

Polissemia – Variadas aceções que os termos podem ter. A existência de vários usos para uma única palavra, originando situações de ambiguidade.

A homonímia está relacionada com a polissemia e refere-se a palavras que se escrevem da mesma forma, mas com significados diferentes. Num tesouro estas palavras devem ser distinguidas e clarificadas com a utilização de um qualificador. São palavras que explicitam o conteúdo semântico do termo, e distinguem-se dos descritores pela utilização das mesmas, entre parêntesis curvos.

Segundo Fernanda Ribeiro (1996: 70), o uso do qualificador deve substituir o mais possível a nota explicativa, especificando o significado do termo de uma forma mais imediata.

#### **PRINCÍPIOS INERENTES NA APRESENTAÇÃO DOS TERMOS DE INDEXAÇÃO**

A norma portuguesa 3046: 1992 prevê os seguintes princípios a ter em consideração durante a seleção e representação dos conteúdos temáticos do acervo informacional da instituição.

#### **SELEÇÃO DE TERMOS**

Como já temos referido ao longo da presente dissertação, durante a seleção de termos, devemos sempre optar pela designação mais familiar ao utilizador. Não podemos esquecer que os utilizadores são o foco, os clientes destinatários a quem temos de oferecer qualidade e eficiência. Os utilizadores devem poder identificar-se com o vocabulário e reconhecer os termos que constam da linguagem.

No que diz respeito à ortografia e grafia antiga, opta-se na grafia pela forma atualizada do nome, fazendo uma remissiva para a forma adotada. Na ortografia opta-se pela forma conhecida do utilizador.

Ao nível dos termos de língua estrangeira, deve preferir-se a forma portuguesa dos termos, ou “aportuguesada”. Pode haver uma coexistência com os termos na língua nacional. O termo a utilizar deve ser o mais utilizado, estabelecendo a devida remissiva. Não havendo a tradução dos termos estrangeiros, utiliza-se a língua original.

No âmbito da Segurança Interna, sobretudo ao nível policial, existem termos em gíria. A norma propõe que, se não existir um termo em linguagem corrente que o possa substituir, a forma da gíria deve-se manter. Estabelece-se uma relação de equivalência entre a gíria e a sua significação no termo corrente.

Nos nomes comerciais e nomes científicos, sempre que existir um nome comum para uma marca comercial, o nome comum deve ser adotado como descritor e a marca como não-descritor, estabelecendo a devida relação de equivalência. Nos nomes científicos deve-se optar pela forma mais conhecida dos utilizadores.

#### **GÉNERO E NÚMERO**

A opção pelo género masculino é a mais correta, sendo este o mais pesquisado pelos utilizadores. A exceção deve ser feita para os termos que possuem uma forma irregular no feminino, como Barão ou Baronesa.

No que concerne ao número, geralmente opta-se pelo uso dos termos na sua forma singular, permitindo a consulta de um tesouro como a de um dicionário.

Contudo, num tesouro, ou linguagem pós-coordenada, a escolha da forma singular ou plural não é tão relevante como numa linguagem pré-coordenada.

Num sistema de indexação pós-coordenado, os termos são atribuídos a um documento como chaves de pesquisa independentes, sem indicar as suas inter-relações (Gomes, 2008: 69). No entanto, existem termos que têm de ser apresentados na sua forma plural, por exemplo, um termo que apresenta conceitos diferentes em ambas as formas – BEM e BENS.

## CAPITALIZAÇÃO

Os descritores devem ser representados por maiúsculas e os não descritores por minúsculas e em itálico, como forma de distinção. Na presente dissertação e elaboração do microtesauro optou-se pela utilização de maiúsculas para os descritores.

### OS TERMOS E A SUA FORMA GRAMATICAL

- Os verbos e os advérbios não devem ser utilizados;
- A palavra de entrada, num termo simples, deve ser um substantivo. Nos termos compostos, podem existir expressões adjetivas. A escolha da melhor forma deve ter sempre em conta o conhecimento dos utilizadores e a sua preferência. Exemplo: POLÍCIA CIENTÍFICA ou HISTÓRIA DA POLÍCIA.
- As abreviaturas devem ser desdobradas e os acrónimos traduzidos para palavras completas. Segundo os autores Aitchison e Gilchrist (1990: 14), o significado destes termos pode ser muito ambíguo. Optamos como metodologia, pelo seu desenvolvimento, como por exemplo PSP para POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.
- No que concerne à pontuação, destaca-se a utilização de parêntesis curvos utilizados como qualificadores. O hífen em palavras que o incluem na sua composição, contudo se a palavra não perder o seu significado, o hífen pode ser substituído pelo espaço.

### ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES ENTRE TERMOS

Os tesauros são conhecidos pelas várias relações que estabelecem entre os termos o que lhes permite tornarem-se num dos instrumentos mais importantes na tarefa de indexação e auxílio na recuperação de informação de um qualquer sistema de informação.

São as relações de equivalência, associativas e hierárquicas dos termos que nos permitem ter uma correlação entre eles, configurando um tesouro apropriado e à medida das necessidades do sistema de informação em estudo (Currás, 1994: 144).

#### RELAÇÕES DE EQUIVALÊNCIA

As Relações de Equivalência estabelecem-se entre termos descritores e não descritores, em que apenas um de dois ou mais termos é eleito como descritor para introduzir o mesmo conceito.

As relações são indicadas da seguinte forma:

USE – utilizado como prefixo do descritor e apresentado à frente do não-descritor.

Alcoolismo USE ÁLCOOL

63

---

UP (Usado para) – utilizado como prefixo do não descritor e apresentado por baixo do descritor.

ÁLCOOL

UP Alcoolismo

Os termos podem ser sinónimos, quase sinónimos e os termos genéricos, que resultam da agregação de vários termos específicos, tornando-se o genérico, o termo preferencial para representar determinado assunto (Gomes, 2008: 74).

Segundo Emilie Currás (1994: 145) existem diferentes formas de sinonímia que a seguir descrevemos:

- Nomes populares e científicos

Pistola = Arma

- Nomes instituídos cientificamente e os devidos à linguagem popular:

Infração = Crime

Estabelecimento prisional = Cadeia

- Nomes comuns científicos e marcas comerciais

Valium = DIAZEPAM

- Palavras com ortografia diferente

România = Roménia

- Termos de origem linguística diferente

Calão = Gíria

64

---

- Termo que usa uma língua comum, mas com origem em grupos étnicos diferentes.

Rapariga (Portugal) = Moça (Brasil)

- Termos atuais e outros de menor uso:

Ensino à Distância = Ensino por Correspondência

- Siglas e nomes complexos:

IGAI = Inspeção Geral da Administração Interna



- Alguns termos estão tão enraizados na linguagem natural / comum que são usados como tal.

PSP

Raio X

Estas relações permitem reduzir a ambiguidade, controlando os acidentes linguísticos. Disponibilizados *on-line*, os tesouros facilitam a pesquisa aos utilizadores, informando-os, de imediato, sobre quais os termos eleitos pelo indexador para representar determinado assunto, e quais os preteridos. O próprio software de gestão documental utilizado pelos serviços de informação possibilita uma sincronização nas relações entre os termos, no sentido em que, ao digitarmos uma expressão de pesquisa que corresponde a um não descritor, a aplicação faz a leitura da árvore de termos e devolve o resultado pretendido. Substitui o não descritor pelo seu termo equivalente (Gomes, 2008: 74).

65

---

Nos termos quase sinónimos, temos, como exemplos, os seguintes:

- Termos de significado muito semelhante, mas com algumas diferenças

Áreas Urbanas = Cidades

- Termos que podem ser agregados a outro com maior abrangência de significado

MEIOS DE COMUNICAÇÃO

UP Jornais

Rádio

- Nomes próprios incluídos em termos preferenciais mais latos

Securitas USE SEGURANÇA PRIVADA

### **RELAÇÕES HIERÁRQUICAS**

A melhor metodologia para o estabelecimento de relações hierárquicas é o agrupar dos termos por famílias de acordo com o seu significado.

Relacionam-se os termos genéricos e os seus específicos, podendo ser as relações hierárquicas de tipo género / espécie (Órgão de Polícia Criminal/ PSP). As relações hierárquicas expressam graus ou níveis de superioridade ou de subordinação entre os descritores.

As relações hierárquicas, num tesouro, apresentam-se de duas formas:

- a) Sequência alfabética;
- b) Estrutura em árvore.

Segundo Emília Currás (1994: 152), existem os seguintes tipos de relações hierárquicas:

66

---

### **GENÉRICAS**

Do todo com alguns, em sentido ascendente e descendente. Os descritores subordinados são dependentes dos descritores subordinantes.

Espécie de animais ou plantas – VERTEBRADOS

TE ANFÍBIOS

TE AVES

Objetos e respetivas classes – ARMAS

TE Espingarda Automática

TE Walter

TE Armas Brancas

Ações e Propriedades – DETENÇÃO

TE Detenção Policial

TE Detenção Provisória

Conceitos abstratos e seus efeitos – ÉTICA

TE Ética Policial

TE Ética social

Profissões e respetivas classes – POLÍCIA

TE AGENTE PRINCIPAL

TE CHEFE PRINCIPAL

TE SUBCOMISSÁRIO

**PARTITIVAS**

Relação do todo para a parte. Os descritores subordinados são parte dos descritores subordinantes independentemente do contexto.

67

---

Sistemas e órgãos – SEGURANÇA PÚBLICA / TE PSP

Localidades Geográficas – ALENTEJO / TE Évora

Ciências e Disciplinas – CIÊNCIAS POLICIAIS / TE Gestão do Risco

Estruturas Hierárquicas

Sociais – DIREÇÃO NACIONAL / TE Comando Metropolitano

**POLIHIERÁRQUICAS**

São os termos que pertencem a duas ou mais famílias, podem depender de dois ou mais termos genéricos. Alguns descritores têm mais do que um termo genérico, podendo situar-se na mesma hierarquia ou em diferentes hierarquias.

EUROPOL / TG Cooperação Policial  
COOPERAÇÃO POLICIAL / TE Europol

PSP / TE EUROPOL

A EUROPOL consta das árvores de termos de Cooperação Policial e PSP.

Estas relações são representadas pelas siglas TG (Termo Genérico) e TE (Termo Específico).

#### **ENUMERATIVAS**

Não sendo a parte de um componente do todo, pertence a ele como classe.

MARES / TE Mar Caspio (não é um tipo de mar, mas um nome próprio que o designa).

68

---

#### **RELAÇÕES ASSOCIATIVAS**

São relações horizontais, quando as relações entre os termos se organizam por associação de ideias e, onde não se pode estabelecer uma hierarquia, mas apenas uma relação associativa dos termos relacionados entre si. São relações existentes entre descritores que, embora se encontrem estritamente relacionados, não formam uma hierarquia em que um descritor esteja subordinado ao outro. Os termos relacionados são precedidos do prefixo TR.

Deve-se apenas utilizar relações de associação essenciais para determinados termos e áreas temáticas.

ENSINO À DISTÂNCIA / TR Métodos de Ensino

Relação do todo com parte – EDIFÍCIO / TR Portas

Disciplinas, ou campos de estudo,

Objetos ou fenômenos estudados – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL / TR Meios  
Ocultos de investigação

Uma operação ou processo e o seu agente ou instrumento – DETENÇÃO / TR  
Privação da Liberdade

Uma ocupação e as pessoas que a exercem – PROCESSAMENTO DE DADOS / TR  
Analista de Sistemas

69

---

Uma ação e o produto dessa ação – CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS / TR Estradas

Uma ação e o seu sujeito passivo – ENSINO / TR Estudante

Conceitos relacionados com as suas propriedades – MULHERES / TR Feminismo

Conceitos relacionados com a sua origem – ÁGUA / TR Poços

Conceitos unidos por dependência de causa – AVARIA / TR Desgaste

Uma matéria-prima e seu produto – FARINHA / TR Pão

Uma ação e a propriedade associada a ela – APARELHOS DE PRECISÃO / TR  
Precisão

Um conceito e o seu oposto – SECURA / TR Humidade

### **NOTAS EXPLICATIVAS**

Um tesouro não é um dicionário, porque não contempla as definições dos termos. Contudo, para clarificação do uso de determinados termos, no caso de homonímia, sinonímia ou polissemia, ou para enquadrar os termos em determinados temas, são elaboradas notas explicativas, em pequenos verbetes, simples e sintetizados. São apresentadas no tesouro com a sigla NE (Gomes, 2008: 75).

### **FORMAS DE APRESENTAÇÃO DE TESAURO**

Selecionados os termos pretendidos e estabelecidas as relação entre eles, o passo seguinte é a forma como vamos apresentá-los aos nossos utilizadores e a forma mais eficiente de definir o tesouro para ser manuseado.

70

---

A ligação entre termos do tesouro resulta numa estrutura arborescente em que os termos surgem em listagens alfabéticas, onde, para cada termo, são apresentados o seu termo genérico, os termos específicos e, se tiver, as suas associações a outros termos (Amaral, 2010: 13).

A versão impressa é normalmente organizada de duas formas:

**Alfabética** – Os termos do tesouro apresentam-se por ordem alfabética, acompanhados dos detalhes e com apenas um nível de termo mais genérico e mais específico. Costuma ser usada como índice e figura no final do tesouro, facilitando a procura dos termos.

**Hierárquica** – A estrutura em árvore mostra todos os níveis da relação hierárquica dos termos, com a indicação das suas ligações. Os termos surgem organizados de acordo com as categorias ou hierarquias. Neste âmbito, a ordem

alfabética perde importância, aparecendo os termos agrupados segundo determinados critérios. Esta apresentação impõe uma organização mais complexa, devido a uma análise mais cuidada, termo a termo.

### **3.5 - MICROTESAURO EM SEGURANÇA INTERNA**

#### **CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA E SELEÇÃO DE FONTES**

Na seleção de fontes, foram realizadas pesquisas para apurar a existência ou não de uma linguagem documental, ou tesouro especializado, na área da Segurança Interna. Existem vários tesouros relacionados com as ciências sociais, jurídicos, ou seja, em áreas multidisciplinares das Ciências Policiais, mas nenhum concreto e especializado em Segurança Interna.

A utilização destes tesouros revelar-se-ia, num curto espaço de tempo, insuficiente, uma vez que, e como já acontece com a utilização do EUROVOC, os descritores são demasiados genéricos para serem aplicados numa documentação tão especializada (POLÍCIA, POLICIAMENTO, INVESTIGAÇÃO CRIMINAL).

---

71

As monografias e as publicações periódicas são o acervo documental que elegemos para a indexação neste projeto. São os documentos mais consultados nos diversos centros de documentação e informação do MAI e os que mais necessitam de uniformização do tratamento documental para uma recuperação eficaz da informação pretendida. As restantes fontes de informação existentes nos diferentes serviços de informação do Ministério beneficiarão futuramente com o resultado final da presente investigação, sendo estes serviços tidos em consideração numa outra investigação.

No seguimento da constituição da amostra, foram identificadas seis áreas temáticas ou domínios, distinguidos por cores:

<b>DOMÍNIO</b>
<b>SEGURANÇA (SECURITY)</b>
<b>PROTEÇÃO CIVIL (SAFETY)</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>
<b>DIREITO</b>
<b>EDUCAÇÃO</b>
<b>CRIMINOLOGIA</b>

Os descritores são termos preferenciais atribuídos a um documento pelo indexador para descrever o assunto e são eles que devem ser usados pelo investigador no momento da recuperação. Os não descritores são palavras ou expressões que conduzem o indexador, ou quem fizer a pesquisa, ao descritor correspondente (Varela, 1996: VII).



Os domínios estipulados subdividem-se em subclasses, mediante a classificação e hierarquização dos descritores neles incluídos, tais como:

DOMÍNIO	SUBCLASSES
<b>SEGURANÇA</b>	
	POLÍCIA
	MEDIDAS DE POLÍCIA
	SERVIÇOS DE SEGURANÇA
	FORÇAS DE SEGURANÇA
	ORDEM PÚBLICA
	ATUAÇÃO POLICIAL
	POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA
<b>PROTEÇÃO CIVIL</b>	
	BOMBEIROS
	URBANISMO
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	
	CULTURA ORGANIZACIONAL
	RECURSOS HUMANOS
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
	GESTÃO
	ÉTICA POLICIAL
<b>DIREITO</b>	
	DIREITO PENAL
	DIREITO PROCESSUAL PENAL
	DIREITOS FUNDAMENTAIS
<b>EDUCAÇÃO</b>	
	FORMAÇÃO POLICIAL
	INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO (EUROPOL)
	E-LEARNING

CRIMINOLOGIA	
	CRIME
	CRIMINALIDADE
	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Para a constituição da amostra foram consultadas as seguintes fontes de informação:

- Lista de termos de dois Centros de Documentação e Informação do MAI: ISCPSI, SGMAI. As listas têm como base o preenchimento do campo UNIMARC 606<sup>13</sup>.
- Como complemento, optou-se por consultar a única revista científica na área das Ciências Policiais, a POLITEIA, editada pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Retirámos novos termos preferenciais para completar a amostra<sup>14</sup>. A revista foi editada, pela primeira vez, em 2004, com um total de 14 números.
- Foram consultados tesouros em linha que servissem de plataforma para identificação de termos na área da segurança interna. Dos tesouros consultados enumeram-se os seguintes, por ordem de relevância:
  - EUROVOC – Teseurus multilingue da União Europeia. [em linha]. [Consult. 23 março 2013]. Disponível em WWW: [http://eurovoc.europa.eu/drupal/?q=pt/download/list\\_pt](http://eurovoc.europa.eu/drupal/?q=pt/download/list_pt).
  - UNESCO Teseurus. [em linha]. [Consult. 24 março 2013]. Disponível em WWW: <http://databases.unesco.org/thesaurus/>.
  - LIBRARY OF CONGRESS AUTHORITIES<sup>15</sup>. [em linha]. [Consult. 24 de março de 2013]. Disponível em WWW: <http://authorities.loc.gov/>.

<sup>13</sup> O campo 606 é denominado de nome comum usado como assunto na BIBLIONET, gerando listas dos vários termos utilizados pelos serviços de informação. UNIMARC é um formato internacional normalizado, cujo principal objetivo é facilitar a troca internacional de dados bibliográficos digitais entre as várias agências bibliográficas.

<sup>14</sup> NP 4036: 1992

<sup>15</sup> Lista do registo de autoridades da Biblioteca do Congresso.

- TESAURO: área Económico-Social. [em linha]. [Consult. 03 setembro de 2013]. Disponível em [www: http://libserver.cedefop.europa.eu/vetelib/2010/72466.pdf](http://libserver.cedefop.europa.eu/vetelib/2010/72466.pdf)
- THESAURUS: Termos de droga e toxicod dependência.

Foi efetuada uma pesquisa dos termos relacionados com a Segurança Interna dentro das categorias por nós delineadas. Esta pesquisa foi de grande utilidade para a compreensão das relações entre os termos do Microtesauro em Segurança Interna e possibilitou o início da construção da sua estrutura hierárquica.

Esta pesquisa permitiu a compatibilidade entre linguagens, possibilitando uma melhor troca de informação entre as várias unidades documentais que trabalham nesta área. A presença dos mesmos termos, ou de um número significativo de termos, nas diferentes unidades documentais é considerada uma compatibilidade formal (Rodrigues, 2012: 44). Os termos que estavam em língua estrangeira foram traduzidos para a língua portuguesa.

Fontes de referência:

- Enciclopédias, dicionários técnicos e monografias da especialidade.
- A opinião de especialistas na área da Segurança Interna foi crucial para consolidar e representar os conceitos selecionados. Ao longo do processo, foram mantidas conversas informais com Docentes / Investigadores da área de Segurança Interna, no sentido de percebermos como as palavras e conteúdos se relacionam entre si e como são transmitidos nas aulas ou conferências.

Destacam-se os contactos informais estabelecidos com:

- Diretor do Centro de Investigação do ISCPSI;
- Docente de Sociologia;
- Docente de Psicologia;
- Docente de Criminologia;
- Docente de Gestão Segurança Pública;
- Docente de Informações e Segurança.

Estes contactos informais possibilitaram encontrar novos conceitos, que foram nomeados como descritores candidatos, permitindo clarificar a temática por nós selecionada. Foi determinante na decisão dos termos sinónimos, os não-descritores, e os descritores, estabelecendo a relação entre eles. Ficou ainda mais claro como as Ciências Policiais / Segurança Interna são transversais a várias áreas do conhecimento.

Em todo o processo, a especificidade da área foi tida em conta, uma vez que os serviços de informação em estudo são considerados especializados. A indexação deve traduzir, da melhor forma, o conteúdo dos documentos, doseando o ruído e o silêncio dos resultados da pesquisa, com o objetivo último de satisfazer, em qualidade e eficácia, as necessidades de informação dos utilizadores.

Foram usados descritores genéricos e específicos, utilizando-se subclasses para acentuar a especificidade que, ao contrário da exaustividade, leva a uma diminuição da taxa de resposta e a uma melhoria da precisão (Rodrigues, 2012: 42).

Na seleção dos termos e na sua conversão em descritores aplicaram-se as recomendações da NP 3715 e NP 4036. Optou-se, ao máximo, por selecionarmos termos que tivessem valor informativo para os utilizadores do Serviço de Informação do MAI.

É importante referir que, no processo de seleção de termos das listagens de assuntos do CDI da Secretaria-Geral do MAI e do ISCPPI, houve a preocupação de nos colocarmos na perspetiva do utilizador destes serviços e de termos presentes as pesquisas solicitadas diariamente. Sem dúvida que a eficácia do tratamento documental mede-se pela eficácia na recuperação da informação.

**QUALIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DOS TERMOS  
DO MICROTESAURO EM SEGURANÇA INTERNA**

No seguimento das linhas orientadoras apresentadas anteriormente, seleccionámos os termos que integram o Microtesauro em Segurança Interna, de diferentes fontes de informação, dividindo-os em descritores e não descritores.

Contabilizámos, na nossa listagem geral, 1200 termos de indexação, havendo a tendência para o seu aumento, com a futura utilização do microtesauro.

Destes termos, optámos, para o início da elaboração do Microtesauro em Segurança Interna, por uma amostra de 100 termos, distribuídos por dois domínios seleccionados, a integrar a amostra:

SEGURANÇA
CRIMINOLOGIA

Descritores – 191

Não descritores – 30

A seleção destes dois domínios teve como critério a elevada procura nestas duas temáticas.

Para uma melhor percepção de qual a fonte originária do descritor incorporado na amostra do Microtesauro, foi introduzido um código alfanumérico<sup>16</sup>, apresentado na seguinte grelha:

CÓDIGO ALFANUMÉRICO	FONTES DE INFORMAÇÃO
SGM1	Secretaria Geral do MAI
ISP2	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
PLB3	Revista <i>Politeia</i> e outras publicações.
INVDO4	Investigadores / Docentes do ISCPSI
EV5	EUROVOC

As fontes apresentadas na grelha apenas dizem respeito à amostra tratada na presente dissertação.

Na escolha dos descritores e não descritores foi dada primazia à lista de termos dos CDI do ISCPSI e da SGMAI, validados depois pelos especialistas na matéria, os investigadores / Docentes do ISCPSI.

---

78

Sempre que a opinião dos investigadores / docentes foi divergente das outras fontes de informação consultadas, prevaleceram as relações entre os termos estabelecidos pelos investigadores / docentes, uma vez que são os principais intervenientes e interlocutores no processo de aprendizagem e troca de informação, na área das Ciências Policiais.

A decisão final sobre a hierarquia e a relação do descritor dentro da estrutura do Microtesauro cabe ao bibliotecário responsável pela presente investigação, assim como aos investigadores / docentes entrevistados.

---

<sup>16</sup> O código alfanumérico é introduzido na nota de aplicação dos descritores do Microtesauro em Segurança Interna.

Os descritores e não descritores contabilizados para a amostra (100), fazem parte da lista de 1200 termos da lista geral existente. O critério para a não obediência do carácter dos termos deveu-se aos Investigadores / Docentes considerarem determinados conceitos mais importantes do que outros, e alguns serem considerados como sinónimos (Rodrigues, 2013: 52).

A amostra foi sendo elaborada e validada a partir de comparações entre os diversos termos candidatos a descritores, retirados das fontes de informação já referenciadas e posteriormente validados pelos especialistas da área.

#### **USO DO SINGULAR E PLURAL**

No âmbito da NP 4036 e sendo a utilização do singular mais abrangente na indexação de documentos, a maioria dos termos é apresentada na sua forma singular, uma vez que representa noções abstratas ou objeto específico (atividades e disciplinas). Referimos, como exemplo, FUNÇÃO POLICIAL – ANÁLISE CRIMINAL.

79

---

Quando os termos têm apenas a função de ser a classe das várias tipologias policiais e de atuação existentes, ou seja, ou integrar um objeto numa categoria de objetos similares, utiliza-se o plural, tal como em MEDIDAS CAUTELARES DE POLÍCIA - GESTÃO DE RISCOS.

#### **TERMOS COMPOSTOS**

Ao longo da investigação e no processo de indexação de documentos verificou-se com alguma regularidade a necessidade de utilização de termos compostos, de conceitos retirados da linguagem natural, de forma a possibilitar uma melhor compreensão do seu significado. Os termos compostos inseridos na amostra vão de encontro às necessidades de pesquisa dos utilizadores.

Em relação à partícula de ligação é retirada ou mantida sempre que se verifica que o sentido linguístico dos termos não é alterado.

Quanto ao número de palavras nos termos compostos, o critério foi evitar sempre que possível a utilização de mais de três palavras.

#### **RELAÇÃO ENTRE OS TERMOS**

Como já referido, os termos são organizados pelas diferentes relações que estabelecem entre si (Currás, 1994: 144):

#### **RELAÇÕES HIERÁRQUICAS**

As relações hierárquicas marcam a diferença entre um tesouro e uma lista de termos ou um dicionário. Estas relações podem ser específicas ou genéricas.

TG (Termo Geral) – Utilizado como prefixo do termo mais geral ao qual pertence o descritor em análise, sendo colocado entre um descritor específico e um descritor genérico.

80

---

TE (Termo Específico) - Utilizado como prefixo do termo específico do termo geral e que dele faz parte, sendo colocado entre um descritor genérico e um descritor específico.

ESTABELECIMENTO POLICIAL

TG PSP

TE Comando Distrital

#### **RELAÇÕES DE EQUIVALÊNCIA**

As relações de equivalência estabelecem-se entre termos descritores e não descritores, quando apenas um de dois ou mais termos é eleito como descritor para introduzir o mesmo conceito.



As relações de equivalência aplicam-se a sinónimos ou a quase sinónimos. Os termos sinónimos compreendem não só os termos com o mesmo significado, mas também os termos assumidos como não descritores, os termos que já não se aplicam na realidade atual, mas que ainda surgem na linguagem controlada, os termos em língua estrangeira.

A autora Rodrigues (2012: 55) refere que, num tesouro, o descritor é escolhido a partir de um termo preferencial. Os sinónimos são considerados não descritores, vetando-se o seu uso e remetendo para o termo descritor. Deste modo ficam eliminados os problemas de sinonímia e polissemia.

As siglas utilizadas nestas relações são:

USE – descritor

UP (Usado Por) – não descritor e apresentado em baixo do descritor.

ARMA BRANCA

UP Faca

FACA

USE Arma Branca

#### **RELAÇÕES ASSOCIATIVAS**

As relações associativas têm como principal função chamar a atenção para termos relacionados com o termo inicial, que tanto o indexador como o utilizador possam considerar de interesse. Estabelecem-se entre termos que não são equivalentes, embora haja uma associação mental, relacionando-os por afinidade de significado.

A sigla das relações associativas é:

TR (Termo Relacionado) – descritores associados ou relacionados.

DELINQUÊNCIA

TR Delinquente

#### DEFINIÇÕES E NOTAS DE APLICAÇÃO

As notas são utilizadas para a clarificação do significado de um termo mais específico, ou para delimitar o âmbito da sua aplicação, explicando o contexto exato em que o termo deve ser usado.

Utilizam-se como siglas das notas:

NA (Nota de Aplicação) – permite precisar a utilização de um descritor pela clarificação do sentido da sua aplicação. São indicadas informações tais como: fontes de procedência dos termos, data em que o mesmo foi adaptado para linguagem documental.

82

---

NE (Nota Explicativa) – breve descrição do significado do termo descritor, sendo neste campo que se desdobram as Siglas.

POLÍCIA

NA – Utiliza-se para a Polícia enquanto atividade.

TG – Segurança Interna

TE – Atividade Policial

TR – Agente Policial

## FORMA DE APRESENTAÇÃO DO TESAURO

Os termos no microtesauro de Segurança Interna relacionam-se numa estrutura arborescente em que os termos surgem numa listagem alfabética onde, para cada termo é apresentado o seu termo genérico, os termos específicos e, se tiver, as suas associações a outros termos, se, no caso, se justificar. Ainda são contempladas as relações de equivalência entre termos preferenciais e não preferenciais.

### 3.6 - CONSTRUÇÃO MANUAL DO MICROTESAURO EM SEGURANÇA INTERNA

Como já foi referido anteriormente, o software *BIBLIONET* não possui um gestor de tesauro que possibilite a sua construção e manutenção digitalmente. Um dos objetivos da presente investigação é de colocar brevemente o microtesauro em Segurança Interna em formato digital, facilitando o seu acesso e utilização pelos diversos serviços de informação do MAI.

83

---

Na construção manual em *word* estabeleceu-se, que dentro de cada categoria, os termos descritores aparecem por ordem alfabética.

Todos os termos desse descritor são expostos, pela ordem das respetivas relações hierárquicas (Rodrigues, 2012: 59). Como exemplo, temos o descritor seguinte:

#### ORDEM PÚBLICA

TG Segurança Pública

TE Agitação Política

TE Controlo de Polícia

TE Controlo Fronteiriço

TE Estado de Exceção

TE Estado de Emergência  
TE Polícia  
TE Polícia de Proximidade  
TE Polícia Local  
TE Polícia Regional  
TE Repressão  
TR Atentado à Segurança do Estado

Ao longo do processo de construção das relações hierárquicas, a primeira linha corresponde ao descritor escrito em letra maiúscula, seguindo-se os restantes graus de identificação de um tesouro, em letra minúscula, conforme a seguinte ordem:

- 1.º NA (Nota de aplicação)
- 2.º NE (Nota explicativa)
- 3.º UP (Usado por) / USE
- 4.º TG (Termo geral)
- 5.º TE (Termo específico)
- 6.º TR (Termo relacionado)

O não descritor colocado em UP surge no microtesouro em minúsculas e em itálico, de modo a diferenciar-se do descritor.

O mesmo conceito pode advir de várias fontes de informação, sendo por vezes necessário algum esclarecimento em relação ao seu significado. Como anteriormente referido e ao longo do processo de construção do microtesouro, cada descritor possui uma Nota de aplicação (NA) com o código da fonte de informação de onde foi retirado e só quando necessário, uma Nota de explicação (NE) com a definição do termo (Rodrigues, 2012: 60).

## AMOSTRA DE DESCRITORES EM SEGURANÇA INTERNA

### CRIMINOLOGIA

#### ABUSO DE PODER

NA PLB3; IVD4  
TG Criminalidade  
TR Colarinho Branco  
TR Corrupção

#### ATIVIDADE CRIMINOSA

NA IVD4; ISP2  
UP *Roubo*  
UP *Assalto*  
UP *Fraude*  
TG Comportamento Desviante  
TE Furto  
TR Aplicação da Lei  
TR Associação Criminosa  
TR Organização Criminosa  
TR Criminalidade Organizada  
TR Infrator

#### AGRESSÃO FÍSICA

NA SGM1; ISP2; IVD4  
TG Comportamento Desviante  
TR Violência  
TE Crime Contra as Pessoas  
TE Infração

#### ÁLCOOL

NA SGM1; ISP2; IVD4  
UP *Alcoolismo*  
TG Política Pública  
TE Infração

#### ALCOOLISMO

NA SGM1; ISP2; IVD4  
USE Álcool

#### ASSALTO

NA IVD4; ISP2  
USE Atividade Criminosa

#### ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA

NA PLB3; IVD4  
UP *Sindicatos do Crime*  
TG Criminalidade  
TE Máfia  
TE Tríades  
TE Terroristas  
TR Colarinho Branco  
TR Atividade Criminosa

#### COLARINHO BRANCO

NA PLB3; IVD4  
TG Criminalidade  
TR Abuso de Poder  
TR Corrupção

#### COMPORTAMENTO DESVIANTE

NA SGM1; ISP2; IVD4  
TG Delinquência  
TE Crime  
TE Desvio social  
TE Violência

#### CORRUPÇÃO

NA PLB3; IVD4  
TG Criminalidade  
TR Colarinho Branco  
TR Abuso de Poder

CRIME

NA SGM1; ISP2; IVD4; PLB3  
 TE Infração  
 TE Crime Complexo  
 TE Crime Organizado  
 TE Crime Estruturado  
 TE Crime Atividade  
 TE Crime Ação  
 TE Crime Público  
 TE Crime Semipúblico  
 TE Crime Particular

CRIME CONTRA PESSOAS

NA IVD4; EV5  
 TG Infração  
 TE Agressão Física

CRIMINALIDADE

NA IVD4; EV5  
 TG Vida Social  
 TE Crime Organizado  
 TE Crime Informático

CRIMINALIDADE ORGANIZADA

NA SGM1; ISP2; IVD4  
 TG Atividade Criminosa  
 TE Terrorismo  
 TE Narcotráfico  
 TE Tráfico de Armas  
 TE Tráfico Seres Humanos  
 TE Imigração Ilegal

DELINQUÊNCIA

NA IVD4;ISP2;PLB3  
 TE Delinquência Juvenil  
 TE Comportamento Desviante  
 TE Gang

DELINQUÊNCIA JUVENIL

NA IVD4; ISP2; PLB3  
 TE Jovens em Risco  
 TE Comportamento Desviante  
 TE Gang

DIREITOS E LIBERDADES

NA IVD4; EV5  
 UP *Direitos dos Cidadãos*  
 UP *Liberdade Individual*  
 UP *Liberdades Públicas*  
 TG Convenção Europeia dos Direitos do Homem  
 TE Direito à vida  
 TE Direito à Integridade Física  
 TE (Direito à) autodeterminação sexual  
 TE Direito da Criança  
 TE Direito da Mulher  
 TE Escravatura  
 TE Liberdade de Autodeterminação  
 TE Liberdade de Circulação  
 TE Liberdade de Opinião  
 TE Liberdade Religiosa  
 TE Liberdade Sexual  
 TE Proteção da Vida Privada  
 TE Direito à Imagem  
 TE Direito à honra  
 TE Inviolabilidade do Domicílio  
 TE Proteção das Comunicações  
 TE Tratamento Cruel e Degradante

86

---

ESTABELECIMENTOS PENITENCIÁRIOS

NA IVD4; EV5  
 UP *Cadeias*  
 UP *Centros de Detenção*  
 UP *Penitenciária*  
 UP *Prisão*  
 TG Direito Penitenciário  
 TE Cárcere  
 TR Situação Criminal  
 TR Infrator

FRAUDE

NA ISP2; IVD4  
 USE Atividade Criminosa

FURTO

NA IVD4; PLB3  
 UP *Roubo*  
 TG Atividade Criminosa

GANG

NA PLB3;ISP2;IVD4  
 TE Delinquência  
 TE Delinquência Juvenil  
 TE Comportamento Desviante

INFRAÇÃO

NA SGM1; ISP2; IVD4; PLB3  
 TG Direito Penal  
 TE Crime  
 TE Contraordenação  
 TR Infrator

INFRATOR

NA IVD4; PLB3  
 TG Dependentes Institucionais  
 TE Agente  
 TE Delinquente  
 TE Meliante  
 TR Estabelecimentos Penitenciários  
 TR Atividade Criminosa  
 TR Situação Criminal

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

NA IVD4; ISP2  
 TG Direito Penal  
 TE Infração  
 TE Prova  
 TE Métodos de Investigação  
 TE Meios de Obtenção de Prova  
 TR Meios Ocultos de Investigação

LIBERDADE INDIVIDUAL

NA IVD4  
 UP *Confidencialidade*  
 UP *Privacidade*  
 UP *Direito Civil*  
 USE Direitos e Liberdades  
 TE Princípio  
 TE Direito

MÁFIA

NA PLB3; IVD4  
 TE Associação Criminosa

ORGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL

NA PLB3; IVD4;ISP2  
 TG Polícia  
 TE PJ  
 TE PSP  
 TE GNR  
 TE SEF  
 TR Prerrogativa Processual

POLÍCIA CRIMINAL

NA IVD4; ISP2, EV5  
 TE Polícia Judiciária  
 TE INTERPOL

POLÍTICA CRIMINAL

NA IVD4  
 TG Ciência Criminal  
 TR Prevenção  
 TR Criminalidade  
 TR Repressão  
 TR Investigação Criminal  
 TR Princípio

POLÍCIA JUDICIÁRIA

NA IVD4; ISP2, EV5  
 USE PJ  
 TG Polícia Criminal

PJ

NA IVD4; ISP2, EV5  
 UP *Polícia Judiciária*  
 TG Polícia Criminal

POLÍCIA DE SEGURANÇA

NA IVD4; PLB3; ISP2; SGM1  
 TG Polícia  
 TE Polícia Preventiva  
 TE Polícia de Ordem pública  
 TR Polícia Administrativa  
 TR Polícia de Segurança Pública  
 TR Guarda Nacional Republicana

PSP

NA IVD4; PLB3; ISP2; SGM1  
 UP *Polícia de Segurança Pública*

PREVENÇÃO

NA IVD4; PLB3; ISP2  
TG Política Criminal  
TE Prevenção Especial  
TE Prevenção Geral  
TE Prevenção Positiva  
TE Prevenção Negativa  
TR Prevenção Primária  
TR Prevenção Secundária  
TR Prevenção Terciária  
TR Prevenção Situacional  
TR Prevenção Ecológica

PRISÃO

NA IVD4; EV5  
USE Estabelecimentos Prisionais

PROVA

NA IVD4; PLB3  
TG Processo Judicial  
TE Processo-crime  
TE Investigação Criminal

QUEIXA

NA PLB3; ISP2  
TE Sistema Penal  
TE Direito Penal  
TE Descriminalização

RESSOCIALIZAÇÃO

NA IVD4  
UP *Delinquente*  
TG Reintegração  
TE Tratamento

ROUBO

NA IVD4; PLB3  
TG Atividade Criminosa  
TR Infrator  
USE Furto

SINDICATOS DO CRIME

NA PLB3; IVD4  
USE Associação Criminosa

SITUAÇÃO CRIMINAL

NA IVD4; PLB3  
NE Avaliação quantitativa da extensão das atividades criminosas praticadas por indivíduos condenados, suspeitos ou confessos.  
TR Atividade Criminosa  
TR Crimes Conexos  
TR Estabelecimentos Penitenciários  
TR Infrator  
TR Análise Criminal

TERRORISTAS

NA PLB3; IVD4  
TE Associação Criminosa

TRÍADE

NA PLB3; IVD4  
TE Associação Criminosa

TOLERÂNCIA

NA PLB3  
TE Descriminalização

VIDA SOCIAL

NA EV5  
TE Comportamento Social  
TE Criminalidade

VIOLAÇÃO

NA IPB3  
TE Crime  
TE Violência sobre Mulheres  
TE Crime Sexual

VÍTIMA

NA PLB3  
TE Processo Penal  
TE Crime

VITIMIZAÇÃO

NA PLB  
TE Criminalidade  
TE Fenómeno Urbano  
TE Insegurança



## SEGURANÇA

### AMERIPOL

NA IVD4  
UP *Organização das Polícias da América*  
TE Polícia  
TE Cooperação Policial  
TR Organização Internacional

### APLICAÇÃO DA LEI

NA IVD4; ISP2  
TE Exegética  
TR Hermenêutica

### ARMAS

NA ISP2; PLB3; IVD4  
TE Espingarda  
TE Espingarda Automática  
TE Walter  
TE Glock  
TE G3  
TE Arma Branca

### ARMA BRANCA

NA ISP2; PLB3; IVD4  
UP Faca  
TG Armas

### CRIME INFORMÁTICO

NA SGM1; ISP2; IVD4  
USE Cybercrime

### CYBERCRIME

NA SGM1; ISP2; IVD4  
UP *Crime Informático*

### COMBATE AO TERRORISMO

NA IVD4; ISP2; EV5  
USE Terrorismo

### COOPERAÇÃO POLICIAL

NA ISP2; PLB3; IVD4  
TE EUROPOL  
TE INTERPOL  
TE AMERIPOL  
TE IBERPOL  
TE Educação Permanente  
TE Investigação Científica  
TE Investigação Criminal

### DELINQUÊNCIA

NA PLB3; IVD4; ISP2  
TE Delinquência Juvenil  
TE Delinquência Sexual  
TE Delinquência Urbana  
TR Delinquente  
TR Meliante  
TR Desordeiro

### DELITOS

NA PLB3; IVD4  
TE Contra Património  
TE Contra a Economia  
TE Contra a Saúde

### DELITOS CONTRA PATRIMÓNIO

NA SGM1; ISP2; IVD4  
TG Crime  
TE Delitos

### DETENÇÃO

NA PLB3; IVD4; SGM1; ISP2  
TE Detenção Policial  
TE Detenção Provisória  
TE Detenção Preventiva  
TR Detido

DETIDO

NA PLB3; IVD4; SGM1;ISP2  
 UP *Preso*  
 TG Detenção

DROGA

NA PLB3; IVD4  
 USE Estupefaciente

EQUIPAMENTO POLICIAL

NA PLB3; IVD4; SGM1;ISP2  
 UP *Farda*  
 USE Fardamento

EDUCAÇÃO PERMANENTE

NA IVD4; EV5  
 UP *Formação Contínua*

ESTABELECIMENTO POLICIAL

NA PLB3; IVD4; SGM1;ISP2  
 TG Comando  
 TG Direção  
 TE Comando Distrital  
 TE Divisão  
 TE Esquadra  
 TE Posto policial  
 TR Departamento

ESTRATÉGIA

NA PLB3; IVD4  
 TE Estratégia Policial  
 TE Estratégia de Policiamento  
 TR Grandes Eventos  
 TR Patrulha

ÉTICA

NA PLB3; IVD4  
 TE Ética Policial  
 TE Ética Social  
 TR Ética das Organizações

ESTUPEFACIENTE

NA PLB3; IVD4; SGM1;ISP2  
 UP *Droga*  
 TR Tráfico de Estupefacientes  
 TR Criminalidade Organizada  
 TE Consumo  
 TE Posse  
 TE Fabrico  
 TE Infração

EUROPOL

UP *European Police Office*  
 TG Cooperação Policial  
 TG União Europeia  
 TR Polícia

FACA

NA ISP2; PLB3; IVD4  
 USE Arma Branca

FORMAÇÃO CONTINUA

NA IDV4; EV5  
 USE Educação Permanente

GNR

NA PLB3; IVD4; SGM1;ISP2  
 UP *Guarda Nacional Republicana*

IBERPOL

NA IVD4  
 UP *Organização das Polícias Ibéricas e da América*

INTERPOL

NA PLB3; IVD4; SGM1;ISP2  
 UP *International Police Criminal Organization*  
 TG Cooperação Policial  
 TG Organizações Internacionais  
 TR Polícia

INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

NA EV5; IVD4  
 TG Investigação  
 TE Técnica  
 TE Cooperação Policial

ORDEM PÚBLICA

TG Tranquilidade Pública  
TE Agitação Política  
TE Controlo de polícia  
TE Controlo Fronteiriço  
TE Estado de Exceção  
TE Estado de emergência  
TE polícia  
    TE Polícia de Proximidade  
    TE Polícia Local  
    TE Polícia Regional  
TE Repressão  
TR Atendado à Segurança do Estado

PSP

NA PLB3; IVD4; SGM1;ISP2  
UP *Polícia de Segurança Pública*

POLÍCIA

NA PLB3; IVD4; SGM1;ISP2;EV5  
TG Segurança  
TE Ciência  
TE Unidade  
TR Organização

POLÍCIA LOCAL

NA PLB3; IVD4; SGM1;ISP2;EV5  
UP *Polícia Municipal*  
TG Segurança Pública

POLÍCIA MUNICIPAL

NA PLB3; IVD4; SGM1;ISP2;EV5  
USE Polícia Local

POLÍTICA DE SEGURANÇA

NA IVD4; SGM1;ISP2  
TG Política Pública  
TR Política de Educação  
TR Política de Urbanismo  
TR Política de Emprego  
TR Política económica  
TR Política de saúde

PREVENÇÃO

NA IVD4;ISP2  
TE Situacional  
TE Ecológica  
TR Primária  
TR Secundária  
TR Terciária  
TR Criminal

SEGURANÇA PÚBLICA

NA PLB3; IVD4; SGM1;ISP2  
TE Polícia Local  
TE PSP  
TE GNR  
TR Ordem Pública

URBANISMO

NA PLB3; ISP  
TE Fenómeno Urbano  
TE Prevenção Situacional  
TE Segurança Pública  
TE Criminalidade  
TE Delinquência

TERRORISMO

NA PLB3; IVD4;EV5;ISP2  
UP *Combate ao Terrorismo*  
TG Segurança Pública  
TE Organização Criminosa  
TE Atentado  
TR Terroristas  
TR Cooperação Judiciária

## CONCLUSÃO

Ao estabelecer uma linguagem documental, devemos ter sempre em atenção a sua adequação ao sistema de informação que irá servir. Um dos fatores a ponderar é a qualidade da sua atualização, com a inclusão de novos termos que vão surgindo nos diversos campos das Ciências Policiais, ajustando-se sempre a terminologia controlada às terminologias da área.

A consistência da indexação baseia-se em dois importantes elementos: o desempenho do indexador e a qualidade dos instrumentos de indexação, exigindo-se imparcialidade e submissão às diretrizes de indexação impostas e adotadas pelo sistema de informação. Para esse fim é necessário que, num futuro próximo, seja estabelecida uma política de indexação, que indique critérios precisos para o efeito, como, por exemplo, o número de termos utilizados para cada documento, uso de singular ou plural, uso de siglas, mais precisamente, que aprofunde as regras e as opções que foram tidas em conta na construção do microtesauro delineado nesta dissertação.

92

---

Apesar do processo de indexação ser automatizado, não podemos menosprezar o fator humano e a sua vital importância na interpretação, compreensão e sensibilidade na análise da informação, adaptando-a às necessidades do futuro utilizador.

Um dos objetivos a curto prazo é constituir um grupo de trabalho entre os vários intervenientes na área da Segurança Interna, para a conclusão do microtesauro em Segurança Interna e a constante verificação das relações estabelecidas entre conceitos e termos.

Propõem-se que, anualmente, em reunião dos departamentos científicos do ISCPSI, sejam analisados os novos termos do microtesauro em Segurança Interna, refazendo relações entre os termos e a sistematização de conceitos.

A presente investigação cumpriu com os objetivos inicialmente estabelecidos ao:

- Iniciar a criação de uma linguagem documental controlada que permita uma uniformização da Indexação nos vários serviços de informação e documentação das forças e serviços de segurança do MAI, assegurando uma eficiente e seletiva recuperação da informação por parte dos seus utilizadores;
- Permitir a indexação dos documentos, por assunto, utilizando diversos níveis de especificidade, do mais genérico ao mais específico, colmatando as necessidades de especificação e especialidade da área de segurança interna e futuramente das ciências policiais;
- Auxiliar os utilizadores na pesquisa da informação através da clarificação do assunto que pretendem pesquisar, remetendo-os para os termos corretos.

A construção manual do microtesauro é um processo moroso e difícil, como se verificou na amostra apresentada na dissertação. Não havendo perspectivas de quando estará disponível uma plataforma de gestão de tesouro no software *BIBLIONET* utilizado pela rede RIRBMAI. O nosso objetivo primordial será criar um grupo de trabalho multidisciplinar, de modo a produzir, em futuro próximo, o Microtesauro em Segurança Interna e iniciar o projeto de elaboração do Tesouro em Ciências Policiais. É, igualmente, a nossa intenção promover a elaboração da política de indexação e classificação, a ser instituída na rede de bibliotecas do MAI.

A experiência da elaboração desta dissertação foi muito gratificante e enriquecedora. Os conhecimentos nesta área eram quase nulos, pelo que a leitura de dissertações dentro desta área científica, artigos e monografias muito contribuíram para fortalecer a opinião de que a indexação e a utilização das suas ferramentas são

um contributo que os vários sistemas de informação das forças e serviços de segurança não podem ignorar, se pretenderem prestar um serviço eficiente e de qualidade.

Em qualquer Estado democrático, a atividade das informações está, histórica e intimamente, ligada à sua Segurança Interna e Externa. Num mundo global onde o conhecimento especializado se tornou um bem vital e a principal riqueza de um país, a atividade das informações e a sua partilha tornam-se fulcrais e parte integrante da soberania e estratégia de um Estado.

A especialização em gestão da segurança do Mestrado em Ciências Policiais permitiu delinear uma plataforma de investigação por se considerar que uma eficaz gestão da segurança passa por uma eficiente gestão da informação.

A partilha de informações, independentemente do seu núcleo, é fulcral neste espaço globalizado. Como escreveu Bauman (1999: 7-8), a globalização tanto divide como une, é um processo irreversível, que afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira. Digamos que o mundo é afetado pela dicotomia do *yin* e do *yang*, pelo que a atualização dos serviços, do seu *modus operandi*, tem de ser constante para que não se instale a Babilónia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### OBRAS GERAIS E ESPECÍFICAS

AITCHISON, Jean; GILCHRIST, Alan. 1990. Thesaurus construction: a practical manual. 2<sup>nd</sup> ed. London: Aslib.

AMARAL, Ana Santos (coord.). 2010. Tesouro FORMEI. Lisboa: IEFP.

ARAÚJO, Esmeralda Cristina Corucho Arnaut. 2012. Criação de um microtesauro multilíngue na área da enfermagem, Lisboa: Universidade Lusófona de Lisboa. Dissertação de Mestrado em Ciências Documentais, variante Bibliotecas e Centros de Documentação.

ARAUJO, Inês Lacerda. 2012. Curso de teoria e conhecimento e epistemologia, Barueri, SP: Minha Editora.

ASHWORTH, Wilfred. [1967]. Manual de bibliotecas especializadas e de serviços informativos, 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

BALEY, David H. 2002. Padrões de policiamento. São Paulo: EDUSP.

BAUMAN, Zygmunt. 1999. Globalização: as consequências humanas, Rio de Janeiro: Zahar editor.

BOBBIO, Norberto. 2009. O terceiro ausente: ensaios e discursos sobre paz e a guerra, Barueri, São Paulo: Manole.

BORGES, Maria Manuel. 2002. De Alexandria a Xanadu, Coimbra: Quarteto.

CARVALHO, Jorge Silva. 2009. "Segurança Nacional, Serviço de Informações e as Forças Armadas" in *Segurança e Defesa*, setembro-novembro, n.º 11, p. 16-28, Lisboa: Diário de Bordo.

CARVALHO, Maria Margarida Melo de. 1995. "O problema da subjetividade na indexação" in *Cadernos BAD*, Lisboa, n.º 1, p. 9-40.

- CHAUMIER, Jacques. 1978. *Les Langages documentaires: le traitement linguistique de l'information documentaire*, Paris: Entreprise Moderne d'Édition.
- CLEMENTE, Pedro José Lopes. 2000. *A polícia em Portugal: da dimensão política contemporânea da seguridade pública*. Tese de doutoramento em ciências sociais e na especialidade de ciência política, vol<sup>o</sup> I, Lisboa: ISCSP.
- CLEMENTE, Pedro José Lopes. 2007. "As informações policiais – palimpsesto" in *Estudo de homenagem ao Juiz Conselheiro António Neves Ribeiro*, Coimbra: Almedina.
- CURRÁS, Emília. 2005. *Ontologias, taxonomia y tesauros: manual de construcción y uso*. 3.<sup>o</sup> edición, actualizada y ampliada. Gijón (Asturias): Trea.
- DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. 1992. *Criminologia: o homem delincente e a sociedade criminógena*. Reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora.
- DIAS, Manuel Antunes. 2001. *Liberdade, cidadania e segurança*. Coimbra: Almedina.
- EINSTEIN, Albert. 2011. *Como vejo o mundo*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- GIDDENS, Anthony. 2001. *Sociologia*, 4.<sup>a</sup> ed., Lisboa: FCG.
- GIL URDICAÍN, Blanca. 2004. *Manual de lenguajes documentales*. 2<sup>a</sup> ed. Gijón: Trea.
- GOMES, Marta Cristina Rebelo da Silva. 2008. *Implementação de Políticas de Indexação e metodologia para a construção de tesauros*. Estudo de caso sobre o Arquivo Municipal de Lisboa, Évora: Universidade de Évora. Dissertação de Mestrado em Ciências Documentais.
- KRUNH, Thomas. 2011. *A estrutura das revoluções científicas*, 10.<sup>o</sup> ed., São Paulo: Perspetiva.
- LOPES, E. (2004). "Informação, Informações & Estratégia Económica e Empresarial", in *Informações e Segurança: estudos em honra do General Pedro Cardoso*, p. 219-221, Lisboa: Prefácio.
- MENDES, Maria Teresa Pinto; SIMÕES, Maria da Graça. 2002. *Indexação por assuntos: princípios gerais e normas*, Lisboa: Gabinete de estudos a&b.
- RIBEIRO, Fernanda. 1996. *Indexação e controlo de autoridade em arquivos*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico.



- RODRIGUES, Liliana Sofia Charneca Ramos, 2012. Criação de um microtesouro na área da dança, Lisboa: Universidade Lusófona de Lisboa. Dissertação de Mestrado em Ciências Documentais, variante Bibliotecas e Centros de Documentação.
- ROMANA, Heitor Barras. 2008. "Informações: uma reflexão teórica." In *Segurança e Defesa*, abril-junho, n.º 6, p. 98-101, Lisboa: Diário de Bordo.
- RUBI, Milena Polsinelli, 2004. A política de indexação na perspetiva do conhecimento organizacional, Marília: Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências. Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação.
- SANTOS, Maria Luísa F. N, 2007. Organização do conhecimento e representação de assuntos: caminhos para uma efetiva recuperação da informação em ambientes de rede. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- SANTOS, Manuela, org. 2003. Indexação: terminologia e controlo de autoridades (manual). Lisboa: Biblioteca Nacional.
- SANTO, Paula do Espírito, 2010. Introdução à metodologia das Ciências Sociais: génese, fundamentos e problemas, Lisboa: Edições Sílabo.
- SARMENTO, Cristina Montalvão, 2009. Política & Segurança: novas configurações do poder, Lisboa: ICPOL, CHCUNL.
- SILVA, Mateus. 2008. "O desafio dos serviços de informações". In *Segurança e Defesa*, abril-junho, n.º 6, p. 112-119, Lisboa: Diário de Bordo.
- TALEB, Nassim Nicholas. 2008. O Cisne Negro: O impacto do altamente improvável, 3.ª ed., Lisboa: Dom Quixote.
- VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. 2012 (a). "A segurança (Interna): um conceito em (re) construção face à consciencialização de bem vital supranacional". In *VI Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política ISCSP/UTL*, Lisboa.
- VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. 2012 (b). Teoria Geral do Direito Policial, 3.ª ed., Coimbra: Almedina.
- VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. 2014. Ciências policiais: ensaios, Lisboa: Católica Editora.

VARELA, Catarina (coord.) 20--. Thesaurus – termos de droga e de toxicodependência, Lisboa: GPCCD.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. 1998. Manual de Investigação em Ciências Sociais, Lisboa: Gradiva.

### REFERÊNCIAS ELETRÓNICAS

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. 2001. Linguagem Doumentária: teorias que fundamentam a sua elaboração. Niterói, RJ: EDUFF. [Consult. em 12 de abril de 2014]. Disponível na WWW em: [www.uff.br/ppgci/editais/linguagem.pdf](http://www.uff.br/ppgci/editais/linguagem.pdf).

CURRÁS, Emilia. 1995. Tesauros, Linguagens terminológicas. Brasília: IBICT,. <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/454>.

FELÍCIO, Gisélia, M. M. 2012. Gestão da informação e do conhecimento em contexto digital. In Fórum Internacional de Conhecimento & Ciência, ed. Ricardo Figueiredo Pinto ; António Augusto Teixeira da Costa, 11 - 24. . Belém - Pará: Conhecimento & Ciência. [Consult. em 08 de agosto de 2014]. Disponível na WWW em: [www.conhecimentoeciencia.com/index.php?option=com](http://www.conhecimentoeciencia.com/index.php?option=com).

LAAN, Regina Helena Van der; Ferreira, Glória Isabel Sattamini. Tesauros e Terminologia. [Consult. em 21 de maio de 2014]. Disponível na WWW em: <http://www.lume.ufgrs.br/bitstream/handle/10183/10208/000294943.pdf?sequence=1>.

LOPES, Ilza Leite (2002). “Uso das linguagens controlada e natural em bases de dados: revisão da literatura”, in *Ciência da Informação*. Vol. 31, n.º 1, p. 41-52. [Consult. 05 de novembro de 2013]. Disponível na WWW em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/172/151>.

LOUSADA, Mariana [et. al.]. 2011. “Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento organizacional” in *Inf. & Soc.* Vol. 21, n.º 1, p. 191-202.

MIRANDA, Jorge. 1994. “ Ordem e direitos fundamentais: perspectiva constitucional”, in *Polícia Portuguesa*, Ano LVI, n.º 88, julho/agosto.

NAVES, Madalena Martins Lopes. 2004. Curso de indexação: princípios e técnicas de indexação, com vista à recuperação da informação. Belo Horizonte. [Consult. 05 de abril de 2013]. Disponível na WWW em: [pt.slideshare.net/telmasobrinho/principios-tecnicas-deindexacao1](http://pt.slideshare.net/telmasobrinho/principios-tecnicas-deindexacao1).

PRABHA, Sandra [et. al.]. 2007. “What is enough? Satisfying information needs. The JISC user behavior monitoring and evaluation framework” in *Journal of Documentaion* [em linha]. Vol. 63, nº 1, p. 74-89. [Consult. 24 de novembro de 2012]. Disponível na www em: [www.emeraldinsight.com/0022-0418.htm](http://www.emeraldinsight.com/0022-0418.htm).

REDIGOLO, Franciele [et. al.]. 2012. “A definição de elementos de política de indexação em biblioteca universitária da área médica” in *Scire* [em linha], 18:2 (jul.-dez. 2012), p. 75-86. [Consult. 03 de março de 2014]. Disponível na www em: [www.ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/download/3976/3709](http://www.ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/download/3976/3709).

VARGAS, Dóris Fraga; LAAN, Regina Helena Van der. 2011. “A contribuição da terminologia na construção de linguagens documentárias como os tesouros” in *Biblos: revista do instituto de Ciências Humanas e da informação* [em linha], v. 25, n.º 1, p.21-34, jan/jun. 2011. [Consult. 24 de novembro de 2013]. Disponível na www em: [biblotecamarilia.files.wordpress.com/2012/10/sum-biblos0001.pdf](http://biblotecamarilia.files.wordpress.com/2012/10/sum-biblos0001.pdf).

## **DIPLOMAS LEGAIS**

CANOTILHO, J. J. e MOREIRA, Vital. 2012. *Constituição da República Portuguesa*, Coimbra: Coimbra Editora

PORTUGAL. 2011. *Código de Processo Penal*, Coimbra: Almedina.

## **NORMAS**

BRITISH STANDARDS INTITUTION – Guidelines for establishment and development of monolingual thesauri. [s.l.: s.n., 198?]

ISO 25964 -1 (2011) – Thesauri for information retrieval.

ISO 25964-2 (2013) – Mapping concepts between thesauri.

NORMA PORTUGUESA 4036 (1992) – Documentação: tesouros monolingues: diretivas para a sua construção e desenvolvimento. [s.l.]: IPQ, 1992

NORMA PORTUGUESA 4285-4 (2000) – Linguagens documentais. [s.l.]: IPQ, 2000

NORMA PORTUGUESA 3715 (1989) – Método para análise de documentos e determinação do seu conteúdo e seleção de termos de indexação. [s.l.]: IPQ, 1992